

--- **N.º 5/2018 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.** -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

--- **PRIMEIRO** - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

--- **SEGUNDO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2019 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

--- **TERCEIRO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **QUARTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -

--- **QUINTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2018 E DE ISENTAR DA DERRAMA DE IRC RELATIVA AO ANO DE 2018 OS SUJEITOS PASSIVOS COM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **SEXTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL

DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **SÉTIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO BANCO BPI, S.A., ATÉ AO MONTANTE DE 106.000,00€ (CENTO E SEIS MIL EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **OITAVO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO BANCO BPI, S.A. AO ABRIGO DA LINHA BPI/IFRRU 2020, NO VALOR DE 281.587,00€ (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **NONO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATUALIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 191.910,92€ (CENTO E NOVENTA E UM MIL, NOVECENTOS E DEZ EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

--- ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

--- ADELINO SILVA COSTA -----

--- AGOSTINHO SILVA VEIGA-----**FALTOU**-----

--- ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

--- ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA-----

--- ANDRÉ LUIS LOPES OLIVEIRA -----

--- ANDREIA FERREIRA TAVARES -----

--- ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----
--- ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----
--- ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----
--- ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA -----
--- ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL -----
--- ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----
--- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
--- ARMINDO FERNANDES GOMES -----
--- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO ----- **FALTOU** -----
--- ARTUR JOAQUIM ARAÚJO SILVA CASTRO -----
--- AVELINO FREITAS SILVA -----
--- BERNARDINO GOMES MARTINS -----
--- CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO -----
--- CARLA SOFIA SANT'ANA AFONSO R. FARIA -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
--- CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA -----
--- CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO -----
--- CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
--- DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO -----
--- DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU -----
--- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
--- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
--- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
--- FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
--- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
--- HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
--- HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO -----
--- JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA -----

--- JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA -----
--- JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----
--- JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO -----
--- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
--- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
--- JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
--- JOSÉ LUIZ SAMPAIO ALVES -----
--- JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA -----
--- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
--- LICÍNIO ANTÓNIO PEREIRA PINTO -----
--- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
--- LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ -----
--- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
--- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
--- MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----
--- MANUEL SILVA ALVES -----
--- MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
--- MARIA CLEMENTINA MENDES COSTA ORTIGA -----
--- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
--- MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----
--- PATRICIA FILIPA MACHADO SILVA FERREIRA -----
--- PAULA CRISTINA AZEVEDO SANTOS -----
--- PAULO AGOSTINHO F. C. MARQUES FOLHADELA -----
--- PAULO CESAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
--- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
--- PAULO MANUEL MARQUES COSTA -----
--- PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----
--- RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----
--- RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES LIMA -----
--- RUI MIGUEL SÁ FARIA -----

--- RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

--- TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – informou a Assembleia Municipal, que as adjudicações relativas à autorização de assunção de encargos plurianuais, estavam afixadas na porta de entrada do salão da Assembleia Municipal através de edital. -----

--- Informou, também, que recebeu um relatório semestral de auditoria referente ao 1.º semestre de 2018, elaborado pelo revisor oficial de contas do município e que fica à disposição para consulta quando assim o entender.-----

--- *Pôs à discussão a ata da sessão ordinária do dia vinte e um de setembro de dois mil e dezoito. Não havendo inscrições, foi posta à votação, sendo a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

--- Disse também:-----

--- “Queria antes de entrar no período de antes da ordem do dia, informar os senhores deputados, que durante estes minutos que antecederam, estivemos reunidos aqui na sala de reuniões dos serviços da Assembleia Municipal, a mesa e os membros da comissão de revisão do regimento, onde já fomos discutindo da possibilidade de um sistema de registo de voto eletrónico, numa solução que entretanto foi apresentada e que parece muito boa aparentemente, embora carecendo ainda de ser experimentada. Noutra ocasião daremos nota do avanço desta solução sem prejuízo de um agendamento que já foi requerido para a próxima sexta-feira, em relação ao qual a comissão de revisão do regimento, se assim o entender, será para deliberar nesse sentido, se entender que quer pedir alguma prorrogação até lá, se assim for justificado, também fará o favor de o fazer.” -----

--- Deu conhecimento da entrada na Mesa de três documentos que a seguir seriam apresentados pelos respetivos partidos com assento na Assembleia Municipal. -----

--- **ÁLVARO OLIVEIRA** - fez a leitura de um voto de recomendação apresentado pelo grupo municipal do PSD que é do seguinte teor: -----

--- “Por força de protocolo celebrado a 26 de Maio de 2017, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, a Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e de Ordenamento do Território, e, ainda, diversas entidades regionais e locais do Vale do Ave, foi promovido um projeto de reabilitação e valorização ambiental dos rios Vizela, Burgo e Ferro, que decorrerá até ao ano de 2020, e que envolve os Municípios de Fafe, Felgueiras, Guimarães, Santo Tirso e Vizela.-----

--- Ora, a bacia hidrográfica do Vizela faz parte da bacia hidrográfica do Rio Ave, onde se integra o nosso Concelho de Vila Nova de Famalicão, sendo certo que do mesmo fazem parte três afluentes de considerável dimensão, quais sejam, o Rio Este, Rio Pelhe e Rio Pele.

--- Como tal, e tendo em vista a sustentabilidade ambiental, é imperioso que se proceda ao alargamento do plano de despoluição a toda a bacia do Vale do Ave, até porque, tendo já o Município de Vila Nova de Famalicão afeto investimento considerável no projeto “Os Nossos Rios”, seria necessário complementar o mesmo com um esforço global que alocasse os recursos necessários para tal. -----

--- Como tal, propõe o Grupo Municipal do Partido Social Democrata que:-----

--- Delibere esta Assembleia Municipal recomendar ao Governo Central, e em concreto ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que proceda este ao alargamento do Plano de Despoluição e Recuperação do Rio Vizela e seus afluentes, a toda a bacia hidrográfica do Ave, integrando no mesmo o percurso do Rio Ave e seus afluentes no nosso concelho.”-----

--- **CATARINA MACHADO (PSD)** – fez a leitura de um voto de recomendação apresentado pelo grupo municipal do PSD que é do seguinte teor:-----

---“Considerando:-----

--- Em setembro de 2016, foi aqui apresentado pelo grupo municipal do PSD e aprovado por unanimidade, uma proposta de criação da iniciativa “Impulsiona Jovem” através da implementação de um orçamento participativo jovem. Trata-se de um processo dinâmico de envolvimento e auscultação da população jovem residente neste concelho, através do qual se visa promover a democracia participativa. Tem por isso o objetivo de incentivar os jovens ao envolvimento e participação cívica, nomeadamente na procura, tendo em conta os recursos

disponíveis, de concretização de projetos que ambicionam, através do envolvimento direto na gestão pública.-----

--- Desde essa data até ao presente, a Câmara Municipal tem trabalhado no sentido de criar as condições necessárias e dignas para a implementação do “Impulsiona Jovem”, seja internamente como através da auscultação e troca de ideias com as diversas associações jovens do concelho e que estão inseridas no conselho municipal da juventude, e as que naturalmente, quiseram dar o seu contributo de forma a tornar este projeto mais rico e mais adequado à realidade da juventude do nosso concelho. -----

--- Desta feita, e resultado da aprovação por unanimidade no último conselho municipal da juventude e posterior aprovação em reunião camarária, resultou o regulamento do Orçamento Participativo Jovem que vai orientar todo o processo do “Impulsiona Jovem” desde a fase de candidaturas até à escolha do projeto vencedor.-----

--- Assim, e estando criadas as devidas condições, o Grupo Municipal do PSD, propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, na sua reunião de 29 de novembro de 2018, delibere: -----

--- Recomendar à Câmara Municipal a operacionalização do “Impulsiona Jovem”, o mais breve possível, respeitando naturalmente os trâmites legais que ainda se imponham nesta fase.” -----

--- **CARLA FARIA** - fez a leitura de um voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do PS que é do seguinte teor: -----

--- “No passado dia 15 de Novembro faleceu Augusto da Silva Martins aos 59 anos.-----

--- Foi Presidente da Junta de Freguesia de Abade de Vermoim, durante vários anos, tendo sempre procurado corresponder aos anseios da população e lutado de forma veemente em defesa dos seus interesses.-----

--- Era conhecido como uma pessoa que gostava da vida e que ria da vida, mas que sempre velou pelos interesses da sua terra. -----

--- Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: ---

--- 1 - Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Senhor Augusto da Silva Martins, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

--- 2 - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”. -----

--- *Posto à votação o primeiro voto de recomendação apresentado pelo grupo municipal do PSD, foi o mesmo aprovada por unanimidade.* -----

--- *Posto à votação o segundo voto de recomendação apresentada pelo grupo municipal do PSD, foi o mesmo aprovada por unanimidade.* -----

--- *Posto à votação o voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do PS, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:---

-----**ORDEM DO DIA**-----

--- **PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)** -----

--- Não havendo inscrições para este ponto, passou-se ao: -----

--- **SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2019 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)**-----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – apresentou o documento. -----

--- **GERMANO ARAÚJO (PSD)** – disse: -----

--- “Estamos hoje aqui para discutir e votar as grandes opções do plano e relatório de contas para 2019.-----

--- Nesta altura, temos sempre a tendência para discutir números e esquecemo-nos do que realmente interessa aos famalicensenses. -----

--- Aos famalicensenses interessa saber o que será feito para melhorar a vida de cada munícipe.

--- Se as ações asseguram as expectativas e os anseios dos famalicensenses.-----

--- O documento apresentado, representa a continuidade, o rigor e o objetivo focado nas pessoas. -----

--- As grandes opções do plano de atividades tem como grande objetivo contribuir para que tenhamos um município mais dinâmico, empreendedor e capaz de atrair cada vez mais pessoas a integrar esta grande comunidade que é o município de Vila Nova de Famalicão.---

--- O documento apresentado é focado no desenvolvimento inclusivo, sustentável, inteligente e estratégico. -----

--- Hoje Famalicão é uma terra atrativa para estudar, trabalhar, investir e para viver. -----

--- É atrativa graças às políticas preconizadas pela Camara Municipal ao longo dos últimos anos. -----

--- É atrativa porque em Famalicão as pessoas e as empresas encontram estabilidade a vários níveis, inclusive fiscal, em que já não há alteração das taxas municipais há vários anos. -----

--- É atrativa porque tem uma rede social integrada, capaz de dar uma resposta às necessidades das pessoas mais vulneráveis, potenciando a inclusão e a convivência intergeracional.-----

--- É atrativa porque o município promove políticas de saúde e incentiva a adoção de estilos de vida mais saudáveis, em cooperação com as instituições públicas da área e com a sociedade civil organizada.-----

--- É atrativa porque o município desenvolve políticas de salvaguarda dos seus recursos naturais promovendo um desenvolvimento ecologicamente sustentável do território, contribuindo para a salvaguarda dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e vindouras.-----

--- É atrativa porque este executivo está empenhado na prossecução de uma política transversal na área da mobilidade, englobando a modernização da rede viária e melhoria do sistema de transportes coletivos.-----

--- Caros deputados, Famalicão é cada vez mais um concelho mais atrativo. -----

--- Famalicão é um concelho com uma matriz industrial, no entanto, e analisando este plano de atividades e as contas, verificamos uma grande preocupação com a família.-----

--- A família constitui uma célula fundamental e um valor inalienável da sociedade, pelo que o Município desenvolve uma política transversal que contribui para o desenvolvimento pleno das suas funções sociais, garantindo o respeito e a individualidade das estruturas familiares. -----

--- Em 2019, continuam os apoios às famílias, contribuindo para mais uma vez, pela sétima, o município de V. N. Famalicão ser reconhecido como um município amigo das famílias. ---

--- Este reconhecimento não me surpreende, e certamente que não surpreende a ninguém presente nesta sala. -----

--- Famalicão é um município transversal e que apoia as famílias nas mais diversas fases da sua vida. -----

--- O território Famalicense tem empresas com grande dinamismo, colocando o nível de empregabilidade em valores assinaláveis. Por si só, esta situação já fixaria muitas pessoas no nosso município. -----

--- No entanto, Famalicão tem outras ofertas que faz com que as pessoas se fixem no nosso concelho. -----

--- Tem uma rede de escolas diversificadas, oferecendo um ensino abrangente, desde a pré-primária até ao ensino superior, desde o ensino profissional ao ensino artístico integrado e permitam-me realçar a chegada do ensino superior público a Famalicão, através da instalação dos polos do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). -----

--- Vila Nova de Famalicão torna-se um território de referência em matérias de educação e formação ao longo da vida, assegurando a igualdade de oportunidades para todos no acesso ao ensino, a promoção do sucesso escolar e a aquisição de mais e melhores qualificações. ---

--- Apostar na educação é também uma aposta na juventude, e em 2019, Famalicão fará um reforço na aposta nas novas gerações. Assim, o Município tem como aposta estratégica a criação das condições que permitam assegurar aos seus jovens um futuro com autonomia, segurança, iniciativa e responsabilidade. -----

--- Realço o papel da casa de juventude, sendo esta também uma referência no nosso concelho e que já por algumas vezes foi notícia nos órgãos de comunicação social, quer regionais e até mesmo nacionais. -----

--- Desta forma e com as apostas que já há alguns anos têm sido feitas em Famalicão, o Município conferirá um lugar central à promoção do desenvolvimento socioeconómico do concelho, através da consolidação do crescimento económico sustentável e equitativo e da geração de emprego de qualidade, que permita o pleno aproveitamento do capital humano existente e o reforço da inovação e da internacionalização, afirmando o território a nível global e desta forma capacitar a comunidade para o diálogo internacional, reforçando a

aposta no estabelecimento de relações externas de proximidade, sustentadas pela participação ativa em redes e projetos de âmbito internacional. -----

--- O Orçamento apresentado mostra um município com uma grande dinâmica e pujança.----

--- Mostra um município em crescimento e com investimentos cirúrgicos sem hipotecar as gerações futuras. -----

--- Tem investimentos sóbrios, como é o caso da requalificação e ampliação do Estádio Municipal, reforçando as condições técnicas e de segurança e a acessibilidade, nomeadamente para pessoas com mobilidade reduzida. Este investimento resulta da continuidade dos investimentos que têm sido feitos nas freguesias em equipamentos desportivos.-----

--- Falo do estádio municipal, como poderia falar dos campos de ténis ou até mesmo da concretização da pista de atletismo, um espaço de referência para 23 modalidades.-----

--- Podemos falar de outras obras em outras áreas, como é o caso das escolas, edifícios que têm merecido e vão continuar a merecer um grande investimento por parte deste município, e hoje podemos sentir orgulho na rede de escolas modernas e com conforto necessário para as nossas crianças e jovens. -----

--- Podemos falar também nos investimentos em água e saneamento que continuam no terreno, mesmo não sendo ano de eleições. -----

--- Constató, à semelhança de anos anteriores, que a oposição tem muitas dificuldades em fazer crítica construtiva ao plano apresentado. -----

--- Fazem análises isoladas e desenquadradas aos números... -----

--- É verdade que os números não mentem, mas devem ser devidamente enquadrados.-----

--- A oposição é capaz de apresentar críticas do tipo que o município de V. N. de Famalicão aumenta os seus custos com pessoal. Este aumento é real e não é nenhuma inverdade, no entanto, também é preciso dizer que em Famalicão nenhuma escola fica fechada ou tem dificuldades de funcionamento por falta de operacionais. -----

--- É preciso dizer que o município de V. N. Famalicão presta aos seus cidadãos um serviço de excelência, que tem um balcão único de atendimento em que o tempo de espera está abaixo de 4 minutos. -----

--- É preciso dizer que o município de V. N. Famalicão tem uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens com recursos e pessoas capazes de fazer um trabalho reconhecido como exemplar. -----

--- É preciso dizer que o município de V. N. Famalicão tem uma equipa preparada para apoiar as empresas e os empreendedores, e que é reconhecida a sua excelência de trabalho através do programa MADE IN.-----

--- É preciso dizer que o município de V. N. Famalicão não tem empresas municipais e todos os gastos com pessoal estão explanados nas contas municipais. -----

--- É preciso dizer que temos um município com recursos capazes e focados nas necessidades das pessoas e que todos os investimentos são analisados de forma consciente, responsável e com sensibilidade à realidade do nosso concelho. -----

--- Este executivo apresenta um documento que a todos nos deve orgulhar. -----

--- Além de espelhar a dinâmica do nosso concelho, de não contemplar qualquer aumento de impostos, de continuar com investimento em infraestruturas, ainda apresenta uma redução de dívida na ordem dos 2,7 M€. -----

--- Senhores e senhoras deputadas, por todas as razões apresentadas e outras tantas que certamente que ao longo deste debate os senhores deputados nos irão dar, a bancada do PSD votará favoravelmente ao documento apresentado e dizer a todos os famalicenses: -----

--- “Famalicão é bom para estudar, trabalhar, viver e investir” -----

--- **RUI FARIA (PS)** – disse: -----

--- “ O ano de 2018, durante o qual em bom rigor estivemos a marcar passo, pese embora ainda não esteja concluído, vem confirmar aquilo que afirmamos quando votamos o orçamento de 2018. -----

--- Continuamos a constatar, face à proposta de orçamento para 2019, o retrocesso e só os fundos comunitários poderão ajudar a sair do marasmo em que o Concelho está mergulhado ou o aumento da cobrança de impostos ajudarão a suportar o crescente aumento da despesa corrente que este ano volta a crescer para além do sustentável. -----

--- A boa planificação municipal de que tanto se vangloria a coligação em exercício de funções, não manifesta preocupação face ao futuro.-----

--- De facto, como referimos no ano anterior, no primeiro ano de mandato pagam-se os investimentos feitos em ano de eleições, no segundo a previsão é para melhorar, mas quanto a certezas é melhor aguardar. -----

--- A título de exemplo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitam-me recordar-lhes a famosa “ecopista” prometida em 2013, antes das eleições. Ainda hoje, decorridos 5 anos, continua uma miragem, o que diz bem das promessas e dos cartazes da maioria. -----

--- Continuamos a afirmar que se trata de uma previsão. -----

--- Mas também estimamos, a avaliar o desempenho desta equipa que chefia o município, que a execução será pior do que o orçamento, como de resto sempre aconteceu nos últimos anos. -----

--- Ou seja, a execução da despesa de capital fica aquém e a cobrança de impostos sempre além do estimado. -----

--- Para melhor enquadrar a situação concelhia, não se pode ignorar o peso dos impostos na vida dos famalicenses. -----

--- A Câmara PSD/PP continua a cobrar impostos para além do razoável, e continua, sobretudo, a retirar capacidade de compra aos jovens casais, que em início de vida apreciariam a baixa de impostos pela via do IMI e do IRS. -----

--- Mais grave é ainda o que se passa com a crescente despesa corrente, pois não se entende o aumento proposto, observada a despesa proposta. -----

--- Continuamos a gastar muito mais com aquisição de serviços, com o pessoal e particularmente a despesa com as avenças. -----

--- Sobre estas, a proposta de 2018 apresentava uma descida face a 2017. -----

--- Quando recebemos a conta de gerência de 2017 verificamos o de sempre senhoras e senhores deputados, a despesa disparou para 1,781 milhões de euros. -----

--- Como poderemos acreditar na previsão para 2019, senhor Presidente, quando a proposta para 2018 era de 1,4 milhões? -----

--- Senhoras e senhores deputados, para 2019, a proposta confessa o descontrolo com esta despesa, e a avaliar pelo desempenho da equipa que nos governa, colocamos sérias reservas quanto ao controlo desta despesa. -----

--- Por isso relembramos: -----

--- “O poder de compra dos residentes em Famalicão é de 88,9% face à média nacional, de 100%. A Trofa, senhoras e senhores Deputados, consegue melhor que Famalicão, cifrando-se nos 91,1%, ou seja, +2,2% que Famalicão. -----

--- E, já agora senhoras e senhores deputados, permitam-me reproduzir parte do texto do ano anterior sobre esta matéria, dado ainda manter-se atual: -----

--- *Passo a citar:*-----

--- “... importa referir que não assistimos a esta realidade com agrado. Contudo, propagandear levando ao engano, escondendo habilidosamente a estatística por um lado e exaltando o banal, criando ilusão por outro, é algo com o qual jamais pactuaremos. Denunciar é a nossa obrigação e é por isso que a proposta de orçamento não serve os famalicenses que pretendem muito mais do que o circo onde a Câmara gasta fortuna. Não somos um concelho competitivo. Precisamos de atrair investimento que produza com elevado valor acrescentado. Continuar com este modelo, significa perder terreno face a outros municípios.”-----

--- Senhoras e senhores deputados, o orçamento deste ano cresce cerca de 14,5 milhões face a 2018. -----

--- É algo que registaríamos com agrado se fosse numa lógica de crescimento sustentado. ---

--- De facto, em 2019 vamos crescer graças ao acréscimo de fundos comunitários e às transferências de capital, não identificadas, mas com carácter pontual, dado o valor. -----

--- Serve isto para dizer que tirando o valor excepcional dos dois valores inscritos, a situação agravaria o crescente peso da despesa corrente que não pára de crescer. -----

--- A receita corrente cresce cerca de 1,25 milhões, enquanto a despesa corrente cresce 4,34 milhões. -----

--- Esta situação, como já referimos em anos anteriores, será muito preocupante, pois numa conjuntura económica recessiva, gerará insuficiência de recursos pela redução da cobrança de impostos, a que acrescerá a redução de fundos comunitários e receitas extraordinárias. ---

--- O município continua a referir que continuamos a defender a despesa de capital. -----

--- Pois bem, senhoras e senhores deputados, o que queremos defender é a boa despesa corrente, que garanta apoios sociais às populações, a qualidade de serviços e a manutenção, preservação e beneficiação dos espaços, edifícios e equipamentos públicos. -----

--- Com o crescimento económico dos últimos anos, a cobrança de impostos tem crescido para valores generosos. -----

--- Só em 2019 a arrecadação de receita por via de impostos cobrados é de mais 1,5 milhões de euros, ou seja 4,6%, bem acima da inflação. -----

--- Desagregando a receita:-----
--- de 2014 a 2019, ou seja, em 5 anos, são mais 5,5 milhões a arrecadar em 2019 face a 2014.-----

--- É este o concelho amigo dos famalicenses senhor Presidente?-----
--- É este o concelho que fez um esforço para conceder isenções às famílias com 2 ou mais dependentes? -----

--- Sabe senhor Presidente, mais importante que criar *slogans* ou chavões que soam bem ao ouvido dos famalicenses, o importante, e o que realmente faz diferença na vida dos nossos concidadãos, é passar da palavra ao ato, e nesse domínio, senhor Presidente, o Executivo Camarário que o senhor Presidente lidera fica muito aquém das expetativas... É verdade que apregoa, mas cumprir, nem por isso.-----

--- Tal como no passado, mostramos o que a Câmara não mostra. -----
--- E mantemos o que então apresentamos. Em 8 anos a previsão de receita com IMI cresceu sempre muito acima da inflação. -----

--- O Município em vez de fazer poupanças prefere retirar às famílias poder de compra. -----
--- Tal como foi referido acima a receita cresce sobretudo por força de três rúbricas: Fundos Comunitários, Impostos e Outras Receitas de Capital. -----

--- Não nos parece, senhor Presidente, que este orçamento seja sustentável numa conjuntura de crise. -----

--- A proposta de despesa para 2019 apresenta acréscimo de despesa onde não era suposto ocorrerem. -----

--- No investimento registamos com agrado a subida, graças aos fundos comunitários e ao esforço do município para participar nas verbas alocadas aos investimentos, destacando-se o PEDU. -----

--- A despesa de capital cresce, mas o investimento orçado fica abaixo do ano de eleições (2017). O PPI proposto para 2019 é mais ambicioso que o de 2018. -----

--- Tem sido regra do atual executivo o ano a seguir a eleições ser tradicionalmente ano para pagar o que não se acomodou em 2017. -----

--- Regista-se com agrado também o montante definido, o que em parte poderá significar execução do investimento, pois de outra forma ficará pela intenção. -----

--- A despesa apresenta alguma estabilidade nalgumas rubricas, mas o crescimento da despesa com pessoal é assustador, pois para além de não parar de crescer, fica por esclarecer a razão de tal crescimento. A despesa corrente crescerá mais 6,5% segundo a proposta orçamental, as remunerações certas e permanentes 6% e as avenças 18,9%. -----

--- Esta despesa corrente deverá merecer apurada preocupação por parte dos responsáveis municipais. Em cinco anos passaremos de uma previsão de 48,3 milhões (2014) para 66 milhões (2019), mais 17,7 milhões senhor Presidente. -----

--- Temos consciência que certa despesa corrente tinha de crescer face a preocupações que o município passou a assumir. Contudo, é uma subida que merece ponderação. -----

--- Outra despesa com enorme progressão nos últimos anos é a denominada aquisição de bens e serviços. -----

--- Os valores cresceram imenso de 2017 para 2018 e para 2019 vão crescer mais 2 milhões. Continuamos afirmar que as transferências correntes e de capital no domínio da cultura, ação social e educação são de aplaudir. Há, no entanto, despesa que deveria obedecer a outro rigor no que toca a definir prioridades. -----

--- O Plano Plurianual de Investimentos recebe em 2019 um impulso que registamos. -----

--- O PEDU, que o Partido Socialista votou favoravelmente, ganhará forma. -----

--- Com dotações consideráveis veremos a cidade e também Riba D'Ave com espaços mais qualificados o que se traduzirá em qualidade de vida. -----

--- Se neste domínio senhor Presidente, podemos estar confiantes, noutros, não estamos tão certos da concretização de alguns investimentos, como sejam a beneficiação de vias degradadas e a manutenção e beneficiação de equipamentos. -----

--- A avaliar por anos anteriores a execução fica sempre abaixo do previsto. -----

--- Senhor Presidente, face ao exposto, gostaria de lhe colocar algumas perguntas: -----

--- 1 – De onde são provenientes os 7 milhões de outras receitas de capital? -----

--- 2 - Qual a razão para o acréscimo da rubrica Aquisição de bens e serviços? -----

--- 3 - Porquê o aumento das avenças em mais de 300 mil euros, quando a Câmara tinha assumido o compromisso de integrar nos quadros vários avençados? -----

--- 4 - Porque cresce a despesa com pessoal sem razão aparente? -----

--- 5 - O contrato local de educação e Formação parece ter continuidade em 2019. É verdade?-----

--- 6 - Como sustentar a despesa corrente sem fundos comunitários, outras transferências de capital ou face à diminuição de impostos?-----

--- **PAULO COSTA (BE)** - disse: -----

--- “Começaria por citar uma figura grada do nosso município, o professor e geógrafo Álvaro Domingues, e que amanhã estará novamente entre nós, diz então este professor da Faculdade de Arquitetura do Porto num pequeno ensaio publicado há poucos dias no jornal Público: -----

--- “Os orçamentos municipais continuam escassos e a descentralização emaranha-se em discussões inúteis. Pela política adentro entrou uma retórica poderosa que se perde em adjetivos e causas de que não se percebem as vantagens para a vida de todos os dias — tudo será sustentável, verde, património, resiliente, coeso, empreendedor, empoderado, comunidade, participado, ambientalmente saudável, descarbonizado, inteligente..., e tudo o mais que é articulado neste latim pastoso, no inglês andadeiro ou em algoritmos tecno-burocráticos.” -----

--- Lido este pequeno extrato e olhando para o texto do Quadro de Referência Estratégica da Atividade do Município relativo a 2019, começando, desde logo, pelo lema da visão estratégica para a nossa comunidade e proposta por este executivo, entaramela-se-nos a língua quando o lemos em voz alta “...comunidade verde tecno-industrial global, num território verde multifuncional.” -----

--- E nesta visão estratégica, discursivamente irrepreensível e eivada de louváveis propósitos, tememos que muito se fique por aí, por boas intenções, pois é nas práticas diárias, sustentadas, nos tempos lentos e silenciosos que se afere a qualidade de governação local.-----

--- Já agora, chamaria a atenção para um estudo recentemente apresentado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre a qualidade da governação local em Portugal e que a todos os que se interessam sobre estas matérias poderá interessar. -----

--- Passado este aparte e regressando à visão estratégica, esta assenta em quatro agendas, a dos desenvolvimentos inclusivo, sustentável e inteligente e a da governança.-----

--- De forma casuística e telegráfica tentarei ilustrar de como nos parece que entre os enunciados desideratos e o pragmaticamente postulado nos números se encontra aquele copo meio vazio, que funda o nosso sentido de voto. -----

--- Relativamente às escolas, do qual falamos muito e que todos entendemos que será importante para a comunidade, são-nos anunciadas várias remodelações e reconfigurações, mas a dotação orçamental de por exemplo escolas como Avidos, Arnoso Santa Eulália, Mões ou S. Miguel-O-Anjo, têm dotações da ordem dos mil euros para o próximo ano! -----

--- Perguntamos que meios humanos institucionais e financeiros, equipas no terreno, para uma necessária engenharia social, e este termo sem querer ser condicionador de futuros, mas toda a comunidade visa a sua engenharia social, visa de alguma forma melhorar todos os seus compostos, nomeadamente com a funda infância e as crianças, não é! Que intervenção é que estas equipas, que estes meios, estas dotações orçamentais, permitem uma intervenção precoce da infância, nomeadamente uma efetiva cobertura do concelho com rede de creches e infantários e a tal melhoria e eficácia da escola? Relativo a isto, que estruturas implantadas para uma efetiva solidariedade intergeracional que complemente estas necessidades de ligação dos segmentos mais jovens com os mais idosos, que não se fique basicamente por eventos e festas, que dizer, tudo que é elencado no plano de atividades, basicamente fica por eventos, não é! -----

--- Falou-se aqui também já muito da família, para quando começamos a ter o conceito de famílias? É uma importante questão semântica, porque, felizmente, a abertura e a complexidade social, leva-nos a ter de contemplar diversas formas de organização familiar. -

--- Outra questão, até porque já foi aqui proposto pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda, uma atenção particular às deficiências profundas e um implementar de medidas que foi unanimemente votado por esta Assembleia, e que o executivo ainda não deu seguimento, nomeadamente a essa questão particular das deficiências. -----

--- Outra questão relativa à rede viária, que é uma questão essencial a todos nós no nosso dia-a-dia, há um anunciado valor exíguo para a manutenção das vias municipais e intermunicipais. Pelo que nos pudemos aperceber, há uma redução na ordem dos quatro milhões em relação ao ano passado neste tipo de investimento, mesmo que nos contratos interadministrativos possam vir a ser contempladas estas questões, mas há essa efetiva redução e significativa redução de investimento. -----

--- Outra questão relativa à habitação e num capítulo que no plano começa por dizer e cito: “O direito à habitação é um direito fundamental de cidadania e um pilar de coesão e inclusão sociais.” Deste resultado, ou resulta deste nobre enunciado, e perdoem-me o adjetivo, resultam pífios programas com valores residuais que não acodem àquela que mesmo, não será o caso do concelho de Famalicão, mas que em concelhos alguns já próximos, tipo o Porto, mas significativamente na capital do nosso país, é já uma aflição para um número significativo de portugueses e começa a ser também para os famalicenses, porque os preços dos arrendamentos e até do m² para compra dos imóveis, tem subido e, portanto, começa a ser preocupante para determinado tipo de agregados, para determinado tipo de rendimentos e não precisam de ser os segmentos mais desfavorecidos da sociedade para começarem a ponderar e a ter problemas para uma residência digna no concelho. -----

--- Relativamente ao ordenamento do território, perguntamos como é que se promove um território sustentável e coeso com sucessivas, porque em quase todas as Assembleias Municipais temos aprovações de planos de interesse municipal a determinado tipo de projetos que são instaurados em terreno reservados, e não há uma definitiva e de todo investimento em relação aos edifícios já existentes muitos deles arruinados no concelho e que muitos deles destinados já a atividades industriais ou de serviços. Continuamos, apesar do senhor Presidente ter referido esse investimento, segundo ele significativo na rede de águas e saneamento, e mesmo que esta seja uma tarefa inacabada pela sua natureza, porque são redes dinâmicas, continuamos sem ver um fim para um investimento definitivo, grosso nestas redes, são obras que se vão adiando eternamente e, bem sabemos, isto pesa para a qualidade de vida das populações. -----

--- Por falar em água, como se explica uma diferença de mais de dois milhões de euros entre a despesa tida e a receita obtida com esse bem essencial? Se pesarmos os valores da receita e

os valores da despesa, há cerca de 2,2 milhões de euros de diferença neste bem essencial. Continuamos a achar por que é que não se implementa uma tarifa social relativamente à água, uma tarifa social efetiva que não seja casuística e a mero pedido, e muitas vezes não se sabe com que critérios adiada. -----

--- Outra questão é relativamente à transparência da governação. Continuamos a achar que os valores “outros” tanto nas despesas como nas receitas, continuam em grandezas que ofendem o princípio da transparência. -----

--- Outra questão, o senhor deputado do Partido Socialista já falou nisso, quer dizer, o valor das avenças atinge o valor de um milhão setecentos e trinta e oito mil euros para um exercício anual que nos parece de todo excessivo e permite logo duas conclusões: quer dizer, ainda há muita precariedade nos serviços e na função prestada pelo município, e também isto permite uma discricionariedade em favorecimento que de todo também não nos parece admissível. Esse favorecimento também acontece, por exemplo, em valores excessivos de adjudicação direta que, regressando àquele tal estudo da governação local, até atinge níveis insustentáveis para bem da democracia.”-----

--- **HELDER PEREIRA (CDS-PP)** - disse: -----

--- “Das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2019 que nos são trazidas à votação pode dizer-se em primeira análise que são ambiciosas, mas sobretudo são responsáveis. -----

--- Definir um plano estratégico para um concelho com as características como aquelas que assume V. N. de Famalicão é um trabalho árduo e de grande responsabilidade, mas felizmente os dados têm-nos confirmado que a estratégia definida é a correta.-----

--- Fruto de políticas acertadas que a coligação mais ação mais Famalicão tem vindo a adotar fazem deste um concelho distinguido nas mais variadas áreas económico-sociais. -----

--- Esse reconhecimento que é feito por diversas entidades competentes para o efeito é-o sobretudo pelos eleitores que de forma inequívoca continuam a acreditar no papel que esta coligação tem vindo a assumir no plano do desenvolvimento e crescimento do concelho de N. N. de Famalicão. -----

--- Aparentemente, poder-se-ia pensar que atingida que está a afirmação do concelho no plano nacional, o papel deste executivo passaria por procurar manter esse nível de

excelência, mas fazê-lo não seria consentâneo com aquilo que os famalicenses não só desejam mas sobretudo merecem. -----

--- A capacidade de trabalho dos famalicenses merece ter ao seu lado um poder político que os faça descobrir novos horizontes, que permita que a satisfação não seja um fim em si, mas antes o início de uma nova etapa. -----

--- Uma vez mais o executivo não defrauda as expectativas dos cidadãos e empresas famalicenses. As grandes opções do plano e orçamento são inequívocas ao promover um plano de internacionalização do município.-----

--- Levar Famalicão ao conhecimento do mundo pode parecer hoje uma proposta demasiado arrojada, tal como há uns anos pareceu arrojada por exemplo a entrega gratuita dos manuais escolares a todos os alunos do primeiro ciclo. -----

--- Porém, tal como aquela, acreditamos, pela rapidez da evolução tecnológica e informativa, que aqueles que hoje a possam criticar dentro de pouco tempo a entendam e até mesmo a repliquem. -----

--- Esta capacidade de pensar o futuro sem receios é aquela que distingue um executivo convencional de um executivo que marca pela diferença e que reconhece nos seus concidadãos a motivação para jamais se resignar. -----

--- Mas esta viagem que V. N. de Famalicão pretende fazer, apenas faz sentido se o ponto de partida for estável e acima de tudo esteja apto a receber os frutos dessa expedição.-----

--- Provavelmente uma das maiores bandeiras que este concelho poderá apresentar aos investidores é a execução de um plano fiscal estável e previsível. -----

--- Qualquer investidor sabe com o que contar em matéria de impostos, para isso basta uma breve pesquisa pelos anos transatos e facilmente verifica que V. N. de Famalicão é um concelho estável em matéria tributária. -----

--- Com a previsibilidade fiscal que Famalicão concede aos investidores, estes sabem que podem estruturar os seus investimentos a longo prazo, o que significa para o concelho não apenas investimento, mas também a criação de postos de trabalho com vínculo potencialmente mais estável. -----

--- Por isso, não podemos concordar com aqueles que defendem que Famalicão não é um concelho competitivo.-----

--- Este é sem duvida um modelo que capta investimento, que incentiva e motiva os empresários a investir em Famalicão e consegue que o investimento se reflita positivamente na vida dos cidadãos famalicenses. -----

--- Mas ser-se um concelho dinâmico e com capacidade de atração empresarial, atribui-lhe a responsabilidade acrescida de conferir aos seus cidadãos as melhores condições de vida através de políticas sociais, pois essa também será a imagem que Famalicão levará pelo mundo fora.-----

--- E com toda a honestidade este plano e orçamento para 2019 não defrauda as expetativas dos famalicenses. -----

--- E não defrauda porque permanece a aposta forte na qualidade do ensino famalicense. Estão previstas neste plano a intervenção para melhoramento em diversas escolas dos vários ciclos educativos. -----

--- A aposta de apetrechamento das escolas de meios tecnológicos interativos, o apoio na aquisição de material escolar e o fornecimento de refeições escolares são projetos de continuidade que evidenciam que em Famalicão, independentemente da condição socioeconómica de cada aluno, todos terão, em processo de igualdade, as mesmas oportunidades.-----

--- E também não saem os famalicenses defraudados no plano da saúde, pois dá-se continuidade na aplicação de medidas que visam o acesso igualitário aos serviços, como são exemplo o programa que promove a igualdade de acesso aos cuidados de saúde oral, com o investimento na criação de um consultório dentário, ou a comparticipação de medicamentos para os seniores em situação social vulnerável. -----

--- No domínio da habitação este plano promove a habitação digna para todos, com aposta no apoio financeiro ao arrendamento habitacional, bem como no apoio à requalificação e beneficiação de habitações em mau estado de conservação.-----

--- No plano da cultura e do desporto a linha de orientação não deixa de seguir o que vem sendo hábito. Este executivo mantém a aposta nos apoios financeiros aos mais variados níveis não apenas das infraestruturas, mas também na dinamização e potenciação da prática desportiva e de acesso a programas de índole cultural.-----

--- Finalmente este plano e orçamento para 2019 não esquece também que crescer é importante, mas deve sê-lo sempre de forma sustentada e com respeito pelas gerações vindouras.-----

--- E nesse sentido destaco duas áreas de intervenção uma primeira de índole qualitativa que tem que ver com a área ambiental e uma segunda de foro quantitativo que se prende com as despesas de investimento no sector.-----

--- No domínio ambiental este plano e orçamento tem a responsabilidade de compreender que o crescimento deve ser sempre acompanhado de políticas de proteção e salvaguarda dos recursos naturais e também de atribuição às pessoas das condições de salubridade necessárias, como sejam o abastecimento de água e saneamento. -----

--- Para isso propõe um conjunto de medidas de manutenção e preservação de espaços verdes do concelho e aloca uma verba significativa de mais de 1 milhão de euros para rede de abastecimento de água e saneamento no concelho.-----

--- Em conclusão este é um plano e orçamento que mantém as linhas de orientação dos últimos anos e que tem lançado Famalicão para patamares de excelência reconhecidos ao nível nacional.-----

--- Por isso senhor Presidente, já que assume o impulso de levar Famalicão ao mundo, o desafio que lhe deixo é o de que consigamos todos, que Famalicão seja reconhecido no mundo tal qual é reconhecido em Portugal, como se sendo um bom concelho para viver, para trabalhar e para investir.”-----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** - disse: -----

--- “Se fosse a CDU a escrever as grandes opções do plano, o que não seria impossível, confesso que na escrita não faríamos melhor; está muito bem redigido. Mas, verdadeiramente, nas opções acrescentaríamos (não estou a dizer que retirava alguma opção daquelas que estão, digamos, insertas no documento), mas acrescentaria aquelas que os senhores deputados e a excelentíssima mesa estarão já fartos de ouvir. Mas, como estou aqui em representação de uma voz que é muito pouco audível, aproveito este púlpito para voltar a recordar o que é que a CDU defende de acréscimo às grandes opções do plano e que, apesar de já termos feito a proposta algumas vezes, ainda não chegou o tempo de ser considerado. Obviamente que algumas obras destas que propomos, por uma questão de prática corrente

ou porque alguma coisa acontece que obriga, por acaso, a concretizar-se essas obras, algumas vão sendo feitas, outras são repetidas até à exaustão. Mas a obra não abre... e continuamos, digamos, com uma boa escrita, mas com uma concretização altamente deficitária. -----

--- Vão ter paciência, eu hoje ouvi uma ilustre dirigente partidária na Assembleia da República, dizer que, «estou aqui não é para dizer coisas que vos agrade; estou aqui para dizer aquilo que devo dizer perante todos vocês» que me merecem o maior respeito.-----

--- Persiste no conjunto das propostas já apresentadas, um conjunto de inclusões para as grandes opções do plano, que não têm em conta aquilo que eu acabei, digamos, de dar aqui num curto introito, e que nós reputamos de grande interesse para o município senhor Presidente. -----

--- A conclusão da rede de saneamento básico em todo o concelho está atrasado! No século XXI está atrasado! Alargar a projetada área da reabilitação urbana ARU, por forma a abranger toda a zona de Mões, Bairro de S. Vicente e Ribeira, e ainda alguma atenção que deve ser dedicada neste enquadramento a Lousado e Ribeirão, passando a incluir, quer as residências, - isto é muito importante - as de número par, como as de número impar. Que não se faça aqui uma intervenção salomónica, mas uma operação que possa enquadrar todos nas respostas que todos anseiam. -----

--- Depois, a passagem de trabalhadores do município ao quadro de efetivos. Está na moda reclamar isto! Esta realidade tem décadas senhor Presidente! Acredito sempre no intuito meritório das pessoas que querem acabar com esta chaga social, mas é preciso de facto dar passos no sentido de resolver esta questão! Assim como a garantia das 35 horas! Eu penso que ainda nem todas as pessoas estão a ser tratadas consoante manda a lei. -----

--- Depois, respeitar e fazer respeitar as entidades sobre a qual muitas das vezes não temos autoridade para impor, mas temos a nossa sensibilidade capaz de ganhar, digamos, esta e aquela entidade para que de facto sejam respeitados os feriados nacionais, mormente municipal.-----

--- Promover critérios justos de isenção de IMI e outras taxas às empresas que no designado projeto 2IN, que nós temos sempre aqui votado contra. Não é porque sejamos contra as empresas! Nós queremos é que quem obtém uma contrapartida possa ter uma lisura de

comportamento relativamente aos seus funcionários, às pessoas que trabalham nessas empresas. Na minha visão, isto não é um problema apenas do PCP ou da CDU. Este é um problema de modernidade que deve, digamos, preocupar todas as pessoas. -----

--- Ter em consideração a idade do imóvel, o rendimento e encargos para sustento essencial das famílias, na determinação da base tributável para efeitos de IMI, assegurando igualdade na atribuição de deduções a todas as famílias com dependentes a cargo. Isto é muito importante, nós vamos votar um documento mais à frente, em que de facto interviremos nessa altura para reforçarmos aquilo que estamos aqui a defender. -----

--- Promover a defesa do comércio local contra, digamos, o atropelamento dos interesses das grandes superfícies. Acho que, um dia qualquer, as cidades vão tentar recuperar este terreno que perderam, porque cada vez se afigura muito mais interessante serem os próprios municípios, com políticas adequadas, a promoverem a evolução do comércio para encherem as cidades para terminar com as ruas desertas, por exemplo. -----

--- Depois, requalificar a VIM e projetar o seu prolongamento até Braga. Estamos a falar de futuro. Importa termos as interligações perfeitas. É preciso dinheiro? Claro que é, mas também já estamos habituados. O que importa aqui é abraçarmos a ideia, porque depois é fazer uma dotação inicial, minúscula que seja, e a coisa fica politicamente com pés para andar. -----

--- Requalificar a avenida da Liberdade, também conhecida pela estrada sem nome, que possibilita o acesso à A7. É importante esta via, pensamos nós, e portanto deve merecer também a atenção do executivo. -----

--- A construção da variante poente... eu lembro-me que isto já está prometido há uns trinta anos. Não é culpa desta Câmara, naturalmente; há muito mais culpados, é também dos governos centrais, naturalmente, mas era bom... Era bom, porque não é apenas porque cresceram as dotações das escolas em Famalicão que há um trânsito desgraçado! Há um trânsito desgraçado porque está tudo a crescer, não é só a dotação das escolas. -----

--- Depois dar resolução ao constrangimento da EN 14 em Arnoso. Não apresentamos aqui soluções, nós apresentamos os problemas! As soluções é o município que tem de as encontrar e certamente tem pessoas capacitadas para isso. -----

--- Dotar de abrigos e sinalização adequados nos locais de paragem de autocarros. Verificarão que ainda há muita insuficiência a este capítulo e, portanto, são coisas em que custa mais tomar a decisão do que pagar, digamos, as obras que não serão assim tão onerosas, a não ser que vamos para coisas muito... hoje está muito na moda porem-se aí coisas de alto brilho, enfim, a utilidade não se altera, é sempre a mesma, mas há um despesismo, há um enterrar de dinheiro, coisas de maior funcionalidade, mesmo se de menor atração visual. -----

--- Alargar a todas as zonas do concelho, nós sabemos, já é uma proposta para dar aí uma dimensão nova ao Voltas, mas gostamos que o Voltas rode mais depressa, chegue mais longe, cubra maior espaço territorial e era bom que pudéssemos brevemente contar com isso. Famalicão é uma cidade muito larga, tem questões altamente meritórias por isso, não é uma cidade compactada e merece, de facto, transportes adequados à sua geografia. Depois, adequar o horário do Voltas também, assegurando-o com maior capacidade esta ligação à Estação da CP e à Central de Camionagem. Nos tempos que correm, e futuramente, o automóvel terá os dias contados e nós temos que começar a preparar muito bem o presente futuro. -----

--- Defender e garantir a municipalização da água e dos serviços de recolha de resíduos. ----

--- Defender a escola pública e proceder à revogação da municipalização do ensino. Desculpem este palavrão, mas é mesmo a nossa ideia e não desistimos dela.-----

--- Defender o serviço público de saúde, designadamente quanto ao funcionamento das atuais extensões de saúde, reabilitação das suas instalações e por aí adiante. Sabem o que é que é necessário, tão bem ou melhor que eu. -----

--- Promover também o alargamento da prestação dos cuidados de saúde no Hospital de Famalicão. Olhar com outro querer para esta unidade que teve uma relevância muito importante noutros tempos, e, nós, todos, não podemos deixar que o Hospital, para além de perder valias, perca operacionalidade e capacidade de atendimento.-----

--- Promover a aquisição gratuitamente de medicamentos para idosos e doentes crónicos. Promover não é pagar... -----

--- Acelerar a requalificação do mercado municipal e do espaço envolvente à zona da feira, designadamente os passeios da rua José Azevedo Menezes, - isto toca-me muito diretamente

como perceberão -, cuja degradação tem vindo a acentuar-se. -----

--- Senhor Presidente esta é uma obra que merece já a atenção do município! Para além do mais há ali um problema de águas pluviais que, quando chove mais, é evidente que não é a Câmara a culpada, mas junta-se ali muita água. É possível com pouco dinheiro, resolver bem esta questão. -----

--- Dar início imediato à reabilitação do Teatro Narciso Ferreira (já falo disto mais extensamente à frente). Não querendo aqui colocar nenhum odioso na apreciação, porque sabemos que há um empenhamento, estamos à espera de uma concretização mais rápida, mais concretizadora.-----

--- Requalificar a pista de atletismo do Estádio Municipal de Famalicão. Há ali uma verba enorme atribuída. Eu espero que esteja inserido nessa verba o pagamento deste valor e, também espero que..., lemos uma notícia ainda há muito poucos dias, relativamente à questão, e é um odioso que é colocado aí, e eu penso que o senhor Presidente deveria dar uma pequena informação sobre isso, sobre o abuso de certos municípios em atribuir obras sem concurso. Gostávamos que pudesse dar uma palavra sobre isso...-----

--- Concretizando... a tão apregoada pista de tartan no Estádio Municipal. Qualquer dia já há um produto novo que substitua vantajosamente o tartan e nós continuamos no tartan, senhor Presidente. -----

--- Construir um pavilhão multiusos na periferia da cidade. Há cidades, no meu ver, menos importantes que Famalicão que já tem pavilhão multiusos. É bom que pensemos bem nisto! Não é por nada, e até pode ser por uma questão de moda, embora aqui no meu ideário não se coloque essa questão, é mesmo uma questão de extrema necessidade para o desenvolvimento das nossas populações, dos nossos jovens e também, por que não, dos menos jovens. -----

--- Promover o alargamento das margens do rio Pelhe. Nós votamos há pouco uma recomendação em que, pronto, é o rio Pelhe graças a uma boleia que pode funcionar bem. O município pode já ter alguns destes problemas meio resolvidos, mas é bom que o município também desenvolva aquilo de que é capaz na recuperação dos meios de habitação que nos circundam, porque é um espaço também muito importante e, já agora, acrescentávamos: que sejam criadas as condições para o futuro prolongamento do Parque da Devesa que, sendo já

muito bom, devemos querer sempre torna-lo num 'ex-libris' de Famalicão; pô-lo com outras condições, por pouco dinheiro alarga-lo, levá-lo até à foz do rio Ave, em Lousado. Isto não é propriamente uma obra megalómana! -----

--- Promover uma política de ambiente saudável, com ampla divulgação, designadamente através das escolas e de espaços públicos. -----

--- Proceder à auscultação da população de Fradelos. Fradelos é uma freguesia muito atormentada... tem sido nos últimos tempos. Eu sei que a Câmara olha para isto também com muita atenção, mas continuam a subsistir maus cheiros por via da localização das vacarias. Aquele problema da criação da subestação da REN, também não foi devidamente encerrado, porque foram criados ali polos que não são propriamente positivos... houve um derrube de uma parte florestal e, portanto, devíamos todos pensar basicamente nisto. -----

--- Senhor Presidente acabei de escrever na proposta para as Grandes Opções do Plano da nossa quota-parte de contribuição que demos com muito gosto. Espero que tenha sido recebida com o mesmo gosto e com a mesma vontade de responder afirmativamente a tudo isto.” -----

--- **NUNO MOREIRA (PSD)** - disse: -----

--- “Dizia Francisco Sá Carneiro que a “Juventude é disponibilidade, em abertura para a construção do futuro” e tendo nós, jovens famalicenses com disponibilidade em que o seu percurso pessoal passe pelo nosso concelho, resta ao Município de Famalicão ser a porta aberta para a construção desse mesmo futuro, reforçando a sua aposta nas novas gerações. --

--- E hoje, venho falar-vos de como os jovens famalicenses se sentem valorizados pelo nosso Município, tendo em conta as grandes opções do plano e orçamento para 2019.-----

---O atual contexto social, caracterizado por crescentes desafios à escala global, nacional e local, tem impactos profundos na vivência da condição juvenil. -----

--- Assim sendo, o Município tem como aposta estratégica a criação das condições que permitam assegurar aos seus jovens um futuro com autonomia, segurança, iniciativa e responsabilidade como já foi dito aqui anteriormente. -----

--- Para tal, venho falar de sete pilares e projetos estratégicos, para que a Juventude continue a ser a peça fulcral para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho, onde as quais se inserem neste plano de ação para 2019. -----

--- Projeto Envolve-te Jovem: que é um estímulo à cidadania ativa e ao voluntariado. -----

--- O Município pretende incrementar a participação dos jovens nas diversas dimensões da vida em comunidade, nomeadamente no voluntariado, no associativismo e na esfera política.

--- Neste âmbito, será dado enfoque à Escola de Superpoderes e ao Projeto Mais Cidadania Jovem, destinado à sensibilização e consciencialização dos jovens para a prática da cidadania e da participação ativa, através do desenvolvimento de várias ações, tais como os Laboratórios da Participação; Ciclos de debates sobre participação juvenil; Mais Cidadania em Rede, e onde envolverão algumas escolas, Juntas de Freguesias e associações juvenis formais e informais. -----

--- Projeto Cria Jovem: Incentivo à criação artística. -----

--- Neste contexto, o município pretende promover o potencial artístico dos jovens, proporcionando-lhes a expressão livre da sua criatividade, nas mais diversas áreas. Consequentemente, será assegurada a continuação das seguintes medidas: Laboratório de Fotografia Analógica, Estúdio de Gravação, Ensaios Abertos, Câmara Artística (Urban Youth, Frame it, On Summer Fest e Café Literário), Escola de Instrumentos Musicais Portugueses e *YMOTION – Festival de Cinema Jovem de Famalicão*, em que mais uma vez, levou Famalicão ao mais alto palco nacional. -----

--- Projeto Cuida Jovem: Sensibilização e promoção de comportamentos saudáveis. -----

---Aqui, o Município dará uma atenção especial a medidas de promoção da saúde, com vista ao bem-estar da população jovem e ao fomento de competências que assegurem a sua qualidade de vida. Neste âmbito, serão promovidas as várias medidas conducentes à promoção de comportamentos saudáveis das jovens gerações: -----

--- i) ações de sensibilização da população jovem para a importância da adoção de estilos de vida saudáveis; -----

--- ii) Espaço Help, como serviço gratuito de aconselhamento e reflexão para jovens, que pretendem responder, de forma personalizada, às necessidades e desafios da vida quotidiana;

--- iii) Espaço Saúde e Bem-estar, que visa a promoção da nutrição juvenil, aliás como já tem acontecido nos últimos anos, sendo que ano após ano, cada vez mais são os jovens que se deslocam á Casa da Juventude para procurar mais informações, o que nos indica um

verdadeiro sucesso destas medidas. -----

--- Projeto Atrave-te Jovem: informação e impulso para a mobilidade internacional. -----

--- O Município pretende aqui fomentar a mobilidade e o intercâmbio juvenil, inclusive a nível internacional, considerando que desempenha um contributo relevante para o desenvolvimento pessoal e social das jovens gerações. Neste contexto, a Casa da Juventude dinamizará o posto local da Rede Eurodesk, que tem como missão informar e sensibilizar os jovens sobre oportunidades de aprendizagem de mobilidade e de incentivá-los a tornarem-se cidadãos ativos. -----

--- Projeto Realiza-te Jovem: criação de condições para a aquisição de competências não formais e o acesso equitativo ao ensino superior. -----

--- O Município garantirá o acesso dos jovens às aprendizagens não formal e informal, focando-se no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com vista à integração das jovens gerações na vida ativa e ao exercício da cidadania e da participação cívica. As iniciativas da educação não formal englobarão formações, *workshops*, campos de férias, e outras atividades. Outras prioridades das opções do plano e orçamento de 2019 do Município de Famalicão, no âmbito do Realiza-te Jovem será mais uma vez, a promoção do ensino profissional no plano formativo dos nossos jovens e garantir condições para a igualdade no acesso e frequência do ensino superior, valorizando o sucesso académico, o que passará pela continuação da atribuição das bolsas de estudo, que são essenciais para a sustentabilidade dos jovens estudantes, e dos prémios pecuniários aos melhores alunos da Universidade Lusíada e da Escola Superior de Saúde do Vale do Ave.

---Projeto Liga-te Jovem: estímulo ao associativismo juvenil. -----

--- Sendo o associativismo um instrumento essencial de participação cívica dos jovens e de aquisição de saberes, valores e vivências que sustentam o exercício pleno da cidadania. Neste sentido, serão promovidas as seguintes medidas:-----

--- i) promoção do trabalho associativo em rede, através da valorização das estruturas de consulta e cooperação, nomeadamente o Conselho Municipal de Juventude, a Rede Associativa Jovem e a Rede das Associações de Estudantes; -----

--- ii) continuação de medidas de cooperação com o movimento associativo jovem e outras entidades que desempenham atividades de apoio aos jovens, onde o município de Famalicão

continuará a prestar apoio financeiro às associações e movimentos informais, que são pilares fundamentais para Famalicão, aquando da apresentação dos seus planos de atividades e orçamento. -----

--- iii) e ainda o passo fundamental dado no último Conselho Municipal da Juventude para a implementação, o mais breve possível, do Orçamento Participativo Jovem. -----

--- Projeto Empreende Jovem: promoção da empregabilidade e empreendedorismo. -----

--- Em 2019, será dada uma atenção especial ao fomento da empregabilidade e empreendedorismo, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e de promoção de autonomia das jovens gerações. Por conseguinte, em 2019, será implementado o Viveiro de Ideias Gerador, cuja gestão e dinamização assentam nos seguintes objetivos: -----

--- i) estimular atitudes e competências empreendedoras e criativas; -----

--- ii) apoiar os jovens ao nível de conhecimentos, metodologias e instrumentos relacionados com a criação e desenvolvimento de ideias/projetos inovadores; -----

--- iii) avaliar e aprofundar as diversas dimensões críticas dos projeto e ideias, tais como recursos, atores chave e comunicação; -----

--- iv) facilitar a análise, o planeamento, o teste de produtos ou serviços comercializáveis e a implementação de projetos. -----

--- Além destes pilares, são muitas as medidas nas diversas áreas do Plano de Ação e Orçamento de 2019 que vão, e muito, influenciar a vida dos jovens famalicenses, dando destaque à Educação, como é exemplo o alargamento dos passes escolares para os alunos do Ensino Secundário. -----

--- Caro Presidente, Caras e Caros deputados, a Juventude é um pilar estratégico e fundamental para que um Município seja geracionalmente sustentável e empreendedor. São estes projetos e pilares que vos falei, que vão fazer de Famalicão um Município verdadeiramente construtor de sonhos e de futuro para os nossos jovens. -----

--- É com este município, e com este executivo municipal e, com este plano e orçamento para 2019, que eu, enquanto jovem e enquanto representante eleito pelos famalicenses, como dizia no início da minha intervenção, sinto-me verdadeiramente convicto de que o Município de Famalicão é e continuará a ser a porta aberta para a construção de uma

sociedade ativa e participativa, apostando sempre naquele que é o futuro de Vila Nova de Famalicão. A nossa Juventude e as novas gerações.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse:-----

--- “Só algumas notas. A primeira para deixar um registo de apreço e de agrado pelos contributos que os grupos municipais que assim o entenderam o fizeram através das intervenções. Entendo que alguns de entre os grupos municipais que usaram da palavra neste momento, também com o uso da palavra quiseram trazer a sua perspetiva acerca da governação coletiva, fazendo-o de uma forma positiva e construtiva. Eu confesso, particularmente, entendo que num contexto de alguma competição político-partidária, deve haver tempo e espaço para coabitação e convergência. E revejo-me confessadamente em algumas das propostas que aqui foram apresentadas e por isso deixo como primeiro sinal o meu apresso enquanto Presidente de Câmara, pela forma como esses grupos municipais trouxeram o seu contributo a um debate tão importante para o futuro do nosso concelho.-----

--- Sobre algumas questões concretas que aqui foram colocadas, começo pela ordem das intervenções pelo deputado municipal do Partido Socialista, quando faz referência à questão das avenças. -----

--- Senhor deputado, nós não podemos fazer uma comparação direta entre a previsão orçamental - o senhor deputado não está cá, mas eu vou responder como se ele aqui estivesse, peço que compreendam - fazemos uma comparação direta entre a nossa previsão orçamental e aquilo que é execução ao longo do ano de 2018. E, portanto, não fazemos uma comparação direta entre a previsão orçamental de 2019 e a que foi a previsão orçamental de 2018.-----

--- Quanto à questão dos avançados, eu também em termos gerais com os trabalhadores, dizer-lhe o seguinte: não está aqui em causa saber se há aumento ou diminuição, mas provavelmente se formos fazer os números vamos ter uma surpresa. É bom não esquecer que há três anos atrás, a Câmara Municipal recebeu cerca de quinhentos colaboradores no âmbito do contrato aproximar educação. E é bom não esquecer outra coisa que é: se a Câmara Municipal integrou nos seus quadros quinhentas pessoas que estavam afetas ao Ministério da Educação, além dessas quinhentas pessoas foi necessário reforçar os recursos humanos, a contabilidade, o setor da contratação pública, área de informática e outros apoios

que são necessários. Porque se nós temos estruturas dentro da Câmara Municipal que apoia uma dinâmica numa Câmara com mil funcionários, se a Câmara passa de mil para mil e quinhentos, são precisos mais do que esses quinhentos, outros alguns, para que possam exercer tarefas que são comuns aos quinhentos que chegaram à Câmara Municipal. Isto não é tão simplista como possa parecer! Mas se um dia quiserem debater um número, vão ter uma surpresa muito provavelmente! Mas quero sobre isso dizer o seguinte: -----

--- Quando se fala em precaridade, a única situação, que eu enquanto Presidente de Câmara aceito, que justifique a abertura de um concurso para o vínculo de trabalhador do município com contrato a prazo, é aquela em que o programa tem de facto um prazo previamente definido. Se nós, como aconteceu recentemente, por força de um protocolo com a Universidade do Minho, temos um projeto cuja duração é de três anos, eu vou contratar pessoas por três anos! Não vou empregar as pessoas com vínculo de estabilidade do município, sabendo que ao fim de três anos aquele programa termina. Mas sempre que nós recorremos à contratação de trabalhadores, fazemos por tempo indeterminado. Não há nenhum procedimento concursal, que não seja por tempo indeterminado, repito, com a exceção daqueles onde a duração está previamente determinada. O recurso às avenças é um recurso absolutamente excepcional. Em que circunstâncias recorremos às avenças? Como imaginam, quando se procede à contratação de uma pessoa, nem sempre sabemos se aquela função para a qual a pessoa foi contratada tem ou não um caráter de permanência, mas sempre que percebemos que essa função tem um caráter de permanência, imediatamente abrimos um procedimento concursal. Estamos a fazê-lo agora, fá-lo-emos até ao final do ano exatamente com o objetivo de dar resposta às situações que ganharam caráter de permanência. Vou-lhes dar um exemplo: imaginem que há um aumento excepcional, excepcional entendemos nós, do fluxo de dependências dos processos na área do urbanismo, eu não sei senhores deputados, se este fluxo vai prolongar-se por quatro anos, ou cinco, ou quatro meses, mas há algum tempo em que eu percebo que este fluxo estabilizou. Estabilizou num plano superior ao que existia antes. Sempre que eu perceciono isso, o que eu faço imediatamente é abrir um procedimento concursal para que o trabalhador, aquele outro que vier a ser contratado, venha num quadro de estabilidade. Enquanto Presidente de Câmara nunca abri um procedimento concursal para vínculo com o município, que não fosse

por tempo indeterminado, repito, com a exceção das situações que previamente sabemos que são temporárias. E, portanto, não advogo a precaridade, entendo que deve a estabilidade dos vínculos e é isso que proporcionamos aos nossos colaboradores. Já agora, e nesse contexto, a Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, no âmbito da chamada regularização dos vínculos dos precários, que é um programa que sabemos nacional, estabeleceu a regularização da parte significativa dos vínculos que estavam de facto numa relação de estabilidade. Há outros vínculos que manter-se-ão no regime de avença. Por exemplo, se a Câmara Municipal tem um médico contratado, se tem um advogado contratado, ou se tem outro do género a exercer esse serviço, é óbvio que o faz no regime de avença ou de prestação de serviços e não o faz no regime do vínculo laboral. -----

--- Quanto à questão dos custos com o pessoal. Não há um aumento do custo do pessoal que não resulte diretamente das seguintes circunstâncias: 1.º - daquilo que é a aplicação do quadro legal em vigor. A Câmara Municipal, como é óbvio, cumpre as leis. Se a nível nacional houve uma atualização das remunerações dos funcionários públicos, é óbvio que isso se repercute nas contas da Câmara Municipal! Oh senhores deputados, não queriam que fosse diferente, espero eu! Mas além disso há outras circunstâncias, sabem quais são senhores deputados? É que nós no âmbito da chamada mobilidade intercarreiras, somos justos com os funcionários. Eu vou-lhes dar um exemplo: se nós temos um colaborador na área do departamento jurídico, que tem um vínculo com a Câmara Municipal de assistente técnico, porque quando iniciou a sua carreira na Câmara Municipal tinha completado o 12.º ano e estava no contexto de apoio ao serviço jurídico desse departamento. Agora imagine que entretanto esse colaborador obteve formação superior na área de direito, e mais do que isso, está já a exercer no departamento jurídico serviço compatível com a área do direito. Eu não aceito que haja no mesmo serviço, na mesma Câmara Municipal, dois colaboradores em que um é licenciado em direito e exerce funções jurídicas e é remunerado como técnico superior, e o outro ao lado também é licenciado em direito, também exerce funções jurídicas, mas é remunerado como assistente técnico! Não aceito essa injustiça! E isso só se resolve com a chamada mobilidade intercarreiras. Temos feito em várias áreas na Câmara Municipal com o sentido de justiça naquilo que é correta compatibilidade de entre a função e a remuneração dos trabalhadores. Só que senhores deputados, isso tem repercussões

orçamentais, com certeza que sim! Aham que estou errado ao fazê-lo? Estou certo que concordam comigo. São estas circunstâncias que se somam obviamente a outras, senhores deputados! Se a Câmara Municipal tem novos serviços, a Câmara Municipal há cinco anos senhores deputados, não tinha a Casa do Território! Não tinha, tinha o edifício onde está a Casa do Território, mas não tinha a Casa do Território. A Câmara Municipal há cinco anos não tinha o projeto Famalicão Made IN! Hoje tem o projeto Famalicão Made IN. Há cinco anos atrás, a Câmara Municipal não tinha as competências instaladas na Rede de Museus que hoje tem! Mas porque hoje tem, isso justifica mais colaboradores afetos a essas atividades. Há cinco anos atrás, a Câmara Municipal não tinha um programa descentralizado da Cultura! Mas se hoje tem um programa descentralizado da Cultura, é preciso ter mais colaboradores afetos a essas ações! E, senhores deputados, se quiserem podemos continuar com a descrição destas situações! Elas existem, são reais, não são fixões! -----

--- Por último, em relação às questões colocadas pelo grupo municipal do Partido Socialista, sobre a questão do programa Aproximar Educação. Senhores deputados, eu ontem fui surpreendido com a publicação de um decreto-lei, é o decreto-lei 100/2018, que publica a decisão do Governo em relação à transferência de competências para os municípios no setor das vias de comunicação. E o artigo décimo diz uma coisa muito simples, diz: “acompanham estas transferências as receitas adequadas”. Mas quais são as receitas? Quais são as receitas da Câmara Municipal por aquelas vias estarem na jurisdição municipal? Quais são essas receitas? Desculpem, a pergunta não é retórica, é mais do que retórica! Mas que receitas são essas! Eu não sei quais são as receitas que a Câmara Municipal vai receber! E dou este exemplo porquê? O que eu sei acerca da descentralização no setor da educação é exatamente o que os senhores deputados sabem ou podem saber se quiserem. E, portanto, eu não gosto de devolver perguntas, nem gosto de as fazer de uma forma retórica, mas sobre a questão que me colocaram sobre se o programa Aproximar Educação vai ter continuidade no futuro, a resposta deve ser dada pelo Governo de Portugal e não pelo Presidente da Câmara Municipal de Famalicão. -----

--- Sobre as questões colocadas pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda: Eu vou começar pela última a questão do POCAL. Oh senhor deputado, o orçamento foi aprovado hoje, foi pena que uma das centenas de alterações não tenha sido essa. Oh senhor deputado

leve essa recomendação à Assembleia da República, já lhe disse aqui várias vezes. Façam isso na Assembleia da República! Eu não faço leis senhores deputados! Eu cumpro as leis. E se a lei estabelece que as despesas com água e saneamento são “outros”, a Câmara Municipal tem classificar como “outros”, ponto final. São uns milhões de euros” Estamos de acordo senhor deputado? Estou de acordo consigo inteiramente? Agora, ajude-me a mudar! Não vale a pena todos os anos, sempre que discutimos esta matéria, o senhor deputado ou outros, falarem sobre esse assunto, se no sítio certo que é a Assembleia da República, não é esta Assembleia, é a da República, não se fala na alteração legislativa. Façam, promovam a alteração legislativa! Usem essa proximidade que existe na área da governação para que este tema seja corretamente tratado! Repito, eu estou inteiramente de acordo consigo! Ajude-nos a mudar esta alteração! Não faça a pergunta ao Presidente da Câmara que não pode fazer nada, senhor deputado! A não ser cumprir a lei! A não ser que o senhor ache que não devo cumprir a lei, estou certo que não acha dessa forma. -----

--- Sobre a questão do custo da água. Senhor deputado, o custo da fatura ambiental não é só a água. Água, águas residuais e resíduos é correspondente à receita, há uma equivalência. Agora temos que fazer as contas com a totalidade da despesa, sabe porquê senhor deputado? Se eu só puser no nosso orçamento o que recebo dos munícipes a quem forneço estes serviços e, isto do lado obviamente da receita, mas na despesa só puser o que pago a quem fornece este serviço e não incluir as despesas com o pessoal e os custos com a manutenção, o resultado é esse senhor deputado! Mas não é assim que podemos fazer as contas. Eu tenho de fazer as contas de forma global! A minha despesa não é só o que eu pago às Águas do Norte! A minha despesa é o que eu pago às Águas do Norte, é o que eu pago aos colaboradores da Câmara Municipal e é o que eu despendo com manutenção! Não é com rede nova senhor deputado! Nós aqui não incluímos a rede nova, mas incluímos a manutenção. Todos os serviços associados têm que ser imputados nessa rubrica. -----

--- E por último quanto ao direito à habitação. Senhor deputado, nós estamos muito tranquilos no exercício da nossa responsabilidade nesta matéria. Temos um programa muito bem-sucedido que se chama Casa Feliz, que tem duas rubricas importantes, uma ao nível do apoio às obras,... e ainda hoje à tarde senhor deputado, entregamos cheques a duas famílias que viram feitas intervenções em duas habitações que não tinham o conforto, a comodidade

e o aconchego que são devidos em todos os lares dos famalicenses e, através deste projeto, conseguimos reabilitar essas edificações. São muitas as famílias famalicenses que também neste programa recebem apoio à renda. Já para não falar do parque habitacional da Câmara Municipal, que nós temos cuidadosamente tratado para que as pessoas que mais precisam, possam ter esse tipo de apoio. E por isso, senhor deputado, estamos conscientes de que a nossa obrigação nesta matéria tem sido cumprida.-----

--- Quanto ao grupo municipal da CDU, e reforçando o que há pouco disse em relação aos contributos que registo com franco apreço, devo só lembrar-lhe que quando falou na questão hospitalar, eu há pouco na intervenção inicial não referi as intervenções que a Câmara Municipal faz naquilo que é a esfera do Estado. Mas são várias, senhor deputado, olhe desde logo ao nível do apoio ao Centro Hospitalar. Genuinamente estamos envolvidos neste processo, porque sabemos o quanto a clinica da maternidade, da criança, do adolescente, é fundamental para que esta área do nosso Centro Hospitalar seja bem-sucedida. É fundamental para que o nosso hospital de Famalicão continue a ter o mérito e seja consequente com o currículo que tem felizmente por força da ação hoje empreendida e que também o foi no passado. Senhor deputado podíamos virar as costas a este projeto! Não é nada connosco! Não é com a Câmara Municipal! Devia ser o Orçamento de Estado! Não é o Orçamento de Estado, é a Câmara Municipal e um conjunto muito alargado de famalicenses que se juntam a este projeto e que vão criar condições para que essa unidade exista! É um exemplo do apoio a uma área hospitalar que vai também de encontro ao que aqui sugeriu, mas que sinaliza senhor deputado que a Câmara Municipal não está só preocupada em honrar os seus compromissos e em executar as suas competências, está também concentrada em criar condições para que outras competências de outras entidades, nomeadamente estatais, dei o exemplo do Hospital, podia dar o exemplo das estradas nacionais senhor deputado! Já aqui trouxemos propostas para aprovar o envolvimento financeiro a apoiar intervenções que são da esfera nacional. Podia falar da GNR e da PSP que também há intervenções municipais nesses equipamentos que são geridos e da responsabilidade do Estado. Mas estes casos concretos sinalizam a nossa forma de estar concentrados e focados naquilo que são os interesses do concelho.” -----

--- **ARMINDO GOMES (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Eu vou começar aqui por responder um pouco à intervenção do senhor deputado Rui Faria, que reclamou aqui neste púlpito, dos impostos de V. N. de Famalicão, que esta Câmara tem atribuído aos famalicenses, principalmente penaliza muito os jovens. Sabe o que é que penaliza os jovens senhor deputado? É o aumento da gasolina e do gasóleo que prejudica os jovens e prejudica os adultos. Portanto o que penaliza os jovens é o aumento da gasolina e do gasóleo e outras coisas mais que o Governo tem aumentado neste país. -----

--- O senhor deputado falou aqui no crescimento da despesa da Câmara Municipal e o senhor Presidente da Câmara por acaso já respondeu, eu não estava cá dentro, mas já respondeu que tem a ver com equipamentos que a Câmara Municipal tem construído ao longo destes anos. -----

--- A nível das empresas do concelho de Famalicão que não tem desenvolvido, o concelho de Famalicão é um dos concelhos do país onde as empresas com mais tecnologia se tem implantado no concelho de Famalicão. É o concelho onde as empresas pelo país fora querem vir para Famalicão. Colocam-se em Famalicão até pela sua área geográfica onde entram na autoestrada em qualquer sítio, por qualquer parte do país. Vêm para Famalicão e não vão para a Trofa, Santo Tirso nem para Coimbra. -----

--- Se o senhor deputado quer mais investimento para Famalicão, estou de acordo consigo, nós só mandamos até ao rio Douro, que é o Porto, os senhores vão com a sua palavra mais até Lisboa, podem trazer investimento do rio Douro para lá que nós até ao rio Douro ainda mandamos alguma coisa, do rio Douro para lá, Lisboa não consegue ouvir os deputados nem o Presidente da Câmara de Famalicão para nada. -----

--- Senhor deputado Paulo Costa do Bloco de Esquerda fala aqui em obras com rubricas de mil euros. Eu continuo na Junta de Freguesia e sei como isto funciona. Estas rubricas de mil euros é para depois quando fizer falta fazer uma obra se ele tem que fazer retificações orçamentais de mil euros, é para fazer uma rubrica, é para existir uma rubrica para que qualquer obra venha a ser feita dentro deste quadro destas obras. -----

--- Fala aqui também que houve uma redução de quatro milhões de euros na rede viária. Não é isto que eu vejo neste orçamento, mas tomei nota disto. -----

--- A nível da construção, quer construção mais barata em V. N. de Famalicão. A construção mais barata só se aceita pela Câmara Municipal a nível da ação social. Porque os privados,

quando a construção não se vendia, os industriais endividaram-se, muitos deram até cabo da vida deles, ficaram sem nada, porque a construção não se vendia. Agora, eles terem algum lucro, não impede o Bloco de Esquerda de construir, como fez em Lisboa, comprou um prédio por quinhentos mil euros e depois vendeu-o por dois milhões e meio. Não impede de fazer isso em Famalicão, não há nada que impeça qualquer deputado municipal e qualquer Presidente de Junta, ou até do público possa fazer isto. -----

--- Senhor deputado Daniel Sampaio da CDU. Requalificação da cidade de V. N. de Famalicão, eu estou de acordo consigo. Nós precisamos de uma cidade mais bonita para que haja mais atração às pessoas que vêm ao centro de Famalicão. Temos uma cidade bonita na altura do Natal, mas depois precisamos dela durante o ano. Melhores passeios, melhores estradas para que as pessoas passem em Famalicão e que a cidade esteja mais bonita no que toca a arruamentos. Estou de acordo consigo. -----

--- Agora, ninguém falou aqui, temos um investimento neste orçamento de vinte e sete milhões de euros. São vinte e sete milhões! A Câmara vai investir. Está aqui. Vinte e sete milhões na rede viária, saneamento e água, porque fala-se aqui num milhão de euros de saneamento, mas tem setecentos mil euros de água. Está aqui escrito, não fui eu que escrevi isto. Depois tem a ação social, tem escolas, tem aqui várias rubricas onde perfaz estes vinte e sete milhões de euros. E depois tem outra coisa aqui nesta Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal é composta por muitos Presidentes de Junta, senhoras e homens e nenhum dos Presidentes de Junta do concelho de V. N. de Famalicão, mais à esquerda ou mais à direita, veio aqui mostrar algum desagrado em que a sua freguesia foi discriminada! O que quer dizer, que tanto à esquerda, como à direita, como ao centro, os senhores Presidentes de Junta são tratados todos da mesma forma, porque não veio aqui nenhum dizer até à data de agora, dizer que a sua freguesia foi prejudicada ou que não houve investimento na sua freguesia. Portanto, esta Câmara Municipal e estes senhores vereadores são tão acessíveis para receber todos os senhores Presidentes de Junta porque eu sei que isto funciona assim, coisa que no passado, há uns anos atrás não era bem assim, e todos eles levam a água ao seu moinho. Portanto, à esquerda, à direita e ao centro estão à vontade que ninguém até agora veio aqui mostrar o seu descontentamento sobre o investimento nas suas freguesias. -----

--- Portanto, o grupo municipal do CDS vai votar favoravelmente este orçamento.” -----

--- **ANA FILIPA OLIVEIRA (PS)** - disse:-----

--- “Senhor Presidente existem órgãos neste município que tem obrigatoriedade de serem consultados e darem o seu parecer acerca do orçamento que este executivo propõe, no qual é exemplo o Conselho Municipal da Juventude. -----

--- Como membro do CMJ, em representação do grupo municipal do Partido Socialista, gostava que o senhor presidente esclarecesse esta Assembleia acerca do parecer do CMJ e do seu conteúdo.”-----

--- **PAULO PINTO (PS)** - disse: -----

--- “Honestamente eu hoje não estava para falar, mas depois de algumas intervenções aqui, não consegui ficar quieto. -----

--- Começou logo pela intervenção do senhor Presidente de Câmara com uma pose presidencial e muito bem, até se levantou para ficar bem na imagem televisiva e nas fotografias, com aquela velinha de espírito natalício que dá um ar presidencial, concordo e foi depois corroborada pelas muitas intervenções da maioria. -----

--- O certo é que foi pintado aqui um panorama festivo de algo que não corresponde à realidade. Eu estive a pensar onde é que já tinha visto isso e lembrei-me. Em 2000, num filme de João Cesar Monteiro, chamada Branca de Neve, em que durante uma hora e quinze minutos os espectadores eram confrontados com uma tela escura totalmente, em que ocasionalmente surgiram algumas imagens. É exatamente o que este executivo e esta maioria nos proporciona. Dá-nos uma tela escura e tenta transformar aquelas imagens ocasionais num filme de ação. Mas realmente não passa de umas imagensinhas, mas eu reconheço que a campanha de marketing desta Câmara consegue transmitir essa mensagem. Infelizmente a realidade não é essa e o tempo nos dará razão, estou convencido disso.-----

--- Senhor Presidente falou aqui de despesas que aumentaram com o pessoal, concordo com isso, o certo é que desde 2013 as despesas com pessoal já aumentaram mais de sete milhões de euros. Va. Exa. já nos disse que teve a ver com o contrato a nível educativo, falou-nos agora de outras situações, e nós continuamos à espera de um esclarecimento cabal, uma lista descritiva de quanto é que custa realmente isso. Honestamente não é pôr em causa a sua

palavra, mas Va. Exa. dizer-me que custa seis milhões de euros a mim não me diz nada, diz-me muito pouco, quero o concreto.-----

--- Lanço-lhe um repto agora: você falou das avenças, acho que é importante para ficarmos todos esclarecidos, que nos faça chegar em nível de orçamento, já que o orçamento tem uma previsão de avenças elevadíssima, quanto é que realmente corresponde isso e a quê, para todos ficarmos esclarecidos e lhe podermos dar razão. É o repto que lhe faço e certamente irá cumprir esse repto e nos irá esclarecer na próxima Assembleia, ou entretanto de forma esclarecedora. Se não, todos nós temos as nossas dúvidas e podemos pôr em causa a justificação que deu e eu não quero, honestamente, sou-lhe sincero.-----

--- Mas quando falamos de despesas com pessoal que aumentaram 7,3 milhões de euros e que realmente é preciso o Governo dar mais, não podemos esquecer que esta Câmara tem tido um aumento de receita brutal. Sem receitas correntes, desde que Va. Exa. tomou posse, aumentou dezoito milhões de euros! É cerca de 2,5 vezes aquilo que aumentou com o pessoal! Portanto, quando os famalicense pagam mais pelo mesmo, vir dizer que não tem meios para cumprir aquilo que deve cumprir, parece-me uma desculpa de mau pagador, no mínimo. Felizmente os famalicense são bons pagadores, felizmente, e é por isso que a Câmara tem as receitas que tem e permite fazer isso. Agora, eu dou os parabéns aos famalicense, porque com o poder de compra que eles têm de 88,9% abaixo da média da região norte que são 92%, abaixo da Trofa que ainda foi falado agora que são 91% e de Braga que são 105%, os famalicense pagarem aquilo que pagam, há que lhes tirar o chapéu e de lhe dar o mérito. E realmente os famalicense pagam muito.-----

--- Eu lanço mais um desafio ao senhor Presidente: ouvi falar aqui de impostos da gasolina, eu honestamente, estamos aqui na Assembleia e temos acima de tudo de tomar as medidas que estão dentro do alcance da Câmara Municipal e não do Governo, e a Câmara Municipal tem ferramentas que permitem aliviar os bolsos dos famalicense. Isso é que é importante, isso é que é uma verdadeira política fiscal. Falamos aqui em estabilidade fiscal. Eu gosto de estabilidade fiscal e acho que qualquer um de nós, estabilidade fiscal é quando pagamos em numerário, não é em taxas, percentagens.-----

--- Va. Exa. tem dois impostos em que pode verdadeiramente, se quiser, não tem querido

infelizmente, mas fica com o apelo para que desta vez possa rever essa situação, beneficiar ou facilitar a vida aos famalicenses, falo do IMI e do IRS. -----

--- A receita de IMI este ano a previsão é aumentar só 4%, mais 550 mil euros, não é muito, atendendo que desde 2013 aumentou 4 milhões de euros, portanto não é muito! Se Va. Exa. em vez dos 0,35% reduzisse para 0,30%, umas contas mais fáceis de fazer, via que a previsão de receita é exatamente igual à de 2013. Até um bocadinho superior. Va. Exa. fazendo esse benefício fiscal aos famalicenses, facilitando e eles não pagando, ia ter a mesma receita que teve há quatro anos. Aí é que se vê realmente a solidariedade que a Câmara tem. -----

--- O IRS é outro caso, e já por mais que uma vez fizemos. Aliás fazendo as mesmas contas a taxa de IRS de 0 e 5% e já demonstramos aqui algumas vezes que Famalicão está nos poucos concelhos que tem a taxa máxima, se reduzisse para 3,5%, 1,5% aliviava bastante os famalicenses e a receita iria ser exatamente a mesma de 2013. As contas são fáceis de fazer.

--- Já agora fica aqui um apelo senhor Presidente: eu acredito nos dados oficiais da Câmara, mas quando vou ao *site* da Câmara e vejo que a taxa de desemprego é de 12,60%, fico com dúvidas se aquele discurso que Va. Exa. tanto fez na última Assembleia corresponde ou não! Quero crer que os dados que estão na Câmara são reais!” -----

--- **NUNO MOREIRA (PSD)** - disse: -----

--- “Como membro também do Conselho Municipal da Juventude eleito pelo grupo municipal do PSD, eu aproveito a questão da senhora deputada Filipa, e para além do teor que foi analisado no último Conselho Municipal da Juventude, provavelmente com a ajuda da senhora Vereadora, eu também gostava de questionar quais foram os membros da Assembleia Municipal e das juventudes partidárias e das associações ali presentes, nos últimos Conselhos Municipais da Juventude.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** - disse:-----

--- “O debate e a riqueza de um debate parlamentar, naturalmente acontece por diversas vias não só pelo conteúdo da intervenção de cada uma das senhoras e senhores deputados, mas também pela troca de impressões, pela troca de argumentos que vão acontecendo ao longo do debate numa espécie de contestação, de réplica, de treplica. E é um pouco também nesse

sentido o que me motivou a fazer esta intervenção, nomeadamente para contestar ou replicar alguns dos argumentos que foram aqui aduzidos, nomeadamente pelo Partido Socialista. ----

--- E há uma frase desde logo do senhor deputado Rui Faria, que é uma frase, uma afirmação extraordinária. “Não somos um concelho competitivo”. Senhor deputado é uma frase efetivamente extraordinária! Segundo recentes dados estatísticos revelados pelo INE, muito recentes, referentes aos primeiros nove meses do corrente ano, indicam um saldo positivo de 190 novas empresas criadas em Vila Nova de Famalicão, sendo um saldo líquido de 34 por mês. Diga-me por favor quantos concelhos conhece no país com um saldo destes? -----

--- O concelho de Vila Nova de Famalicão registou nos últimos cinco anos uma redução de 10%. 10% não é no total de 100. 10% efetivamente em termos absolutos na taxa de desemprego. Diga lá Va. Exa. quantos municípios conhece aqui à volta que apresente uma descida de uma taxa desta dimensão?-----

--- Em 2017 foram distinguidas 179 empresas como PME Líder e PME Excelência, pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal. Pergunto ao senhor deputado Rui Faria, nos concelhos à volta, quantos da nossa dimensão, que é importante comparar o que é comparável, tiveram mais do que nós?-----

--- 310 projetos empresariais foram aprovados ao abrigo do regulamento de incentivos 2IN e dos programas comunitários COMPETE 2020 e Norte 2020 que materializaram, repare bem senhor deputado Rui Faria, 450 milhões de euros em investimento! Diga lá Va. Exa. aqui à Câmara, quantos concelhos da nossa dimensão, repito, tem resultados destes para apresentar? -----

--- Vila Nova de Famalicão é o segundo concelho do país com o maior valor acrescentado bruto da indústria transformadora! Aqui não vale a pena procurar município algum! É mesmo o segundo maior do país. -----

--- Vila Nova de Famalicão é o terceiro concelho mais exportador do país e o primeiro da região Norte! Dispensio, também, naturalmente o senhor deputado Rui Faria, de apresentar aqui exemplos de outros concelhos. O senhor deputado provavelmente dirá, não, nós não somos um concelho competitivo! Pois bem senhor deputado, o último Ministro da Economia que visitou o concelho de Vila Nova de Famalicão, realçou Famalicão como, e passo a citar: “Um concelho que se distingue pela dinâmica económica que tem sabido imprimir, pela

dinâmica de atração de investimento e pela dinâmica de crescimento das empresas locais. Famalicão deu um contributo decisivo para o processo de recuperação económica nacional, com um crescimento de exportações que tem sido sistemático e ainda se destacam igualmente os novos investimentos”.

--- Senhor deputado terá de pelo menos concordar comigo, que há aqui uma incoerência entre um discurso de um membro do seu Governo, atualmente é deputado, falo do deputado Caldeira Cabral, mas que visitou V. N. de Famalicão na condição de membro do Governo e aquilo que acabou aqui de afirmar!

--- Mas o senhor deputado Rui Faria também fez uma outra afirmação. Não diria com o carácter o extraordinário da primeira, mas é uma afirmação também interessante e que merece ser rebatida. O senhor deputado Rui Faria, aliás bem como o senhor deputado Paulo Pinto, aludiu à circunstância do volume das receitas de impostos locais que este orçamento revela. Senhor deputado, quer queira quer não queira, faça as contas que fizer, terá forçosamente de concluir que nós temos um *dossier* fiscal moderado.

--- A taxa da derrama é das mais competitivas ao nível da nossa região.

--- A fixação do IMI está próxima do mínimo legal. E adotamos, o Município, desde o primeiro momento, o IMI familiar, que só não é mais vantajoso para as famílias famalicenses, porque a maioria parlamentar de esquerda, que suporta o atual Governo da República, alterou o quadro legal, e terá de concordar, para pior.

--- Olhando para os impostos diretos e comparando o que é comparável, nenhum, mas rigorosamente nenhum dos municípios à nossa volta, apresentou regime fiscal mais favorável que o de V. N. de Famalicão. E não, a carga fiscal não aumentou! Eu sei que desta vez não disseram, mas implicitamente nas intervenções que aqui produziram, deram a entender que isso poderia ter acontecido! E é bom que fique claro, a carga fiscal não aumentou e, se a carga fiscal não aumentou, é porque os famalicenses não vão pagar mais impostos. Só pagariam mais impostos se a carga fiscal tivesse aumentado. É a mesma carga fiscal de sempre. E o senhor deputado Paulo Pinto sabe, como o senhor deputado Rui Faria, que uma esmagadora maioria para não dizer a totalidade das senhoras e senhores deputados sabem que maior arrecadação de impostos não significa, não pode significar, aumento de impostos. Mas vamos a alguns exemplos:

--- IMI - prevê-se uma arrecadação extra, não porque haja alteração das taxas, mas porque há um aumento de receita, uma arrecadação extra de 417 mil euros, ou seja, o equivalente a 2,7%. Não sei se sabem que dessa percentagem, 1,5% dos 2,7%, resulta da simples atualização operada através da autoridade tributária. É tão simples quanto isto! Nenhuma intervenção tem a Câmara Municipal por força dessa atualização automática!-----

--- IMT – também há aqui uma maior arrecadação de receita, 500 mil euros. Que nada tem a ver, uma vez mais, com a atuação da autarquia! Este é um imposto onde as taxas são fixadas via orçamento de Estado, onde a Câmara não tem liberdade de atuação. E também aqui, nesse caso concreto, o aumento da receita é um dado positivo! É uma boa notícia! Porque se há uma maior arrecadação de receita por via do IMT, é porque há um maior número de imóveis que estão a ser transacionados no mercado. É tão simples quanto isto.-----

--- E o mesmo raciocínio que aqui fiz do IMI e do IMT, é válido para a receita obtida, por via da participação do IRS. É a mesma, são 5%! E se também aqui há uma maior arrecadação de receita, estamos nós novamente perante uma boa notícia, porque se há maior arrecadação de receita por via da participação no IRS, isso significa que coisas tão simples que toda a gente sabe, mas por vezes não quer admitir que sabe, é porque há mais famaliceses empregados, ainda bem que assim é! É porque há maior número de famaliceses a auferir maiores rendimentos, e é porque há maior número de famaliceses em condições de pagar IRS! É tão simples quanto isso.-----

--- Vale também a pena salientar que o aumento da receita de impostos locais, é uma regra em todo o país. Esta é de facto uma matriz nacional. Veja-se o exemplo dos impostos sobre o imobiliário, o IMI e o IMT, que apresenta em termos nacionais uma curva, eu trago aqui um mapasinho, não sei se conseguem ver, este é um mapasinho da arrecadação das receitas de IMI e de IMT, aquele bocadinho que se vê aqui já é o adicional do IMI. E neste mapa conforme podem, podem se conseguirem visualizar, há uma arrecadação da receita em termos de IMI e de IMT, ou seja, os impostos que recaem sobre o património do imobiliário contínuo desde 2012. Vila Nova de Famalicão não foge a esta regra, nem Vila Nova de Famalicão, nem os municípios que apresentam uma dinâmica mínima! Mas mesmo assim vale a pena referir o seguinte: 2012 em termos do país, a arrecadação da receita em termos destes dois impostos foi de 1,6 mil milhões de euros. Em 2017 ultrapassou os 2,4 mil

milhões de euros. Apenas também para ficarem com este valor, ou seja, estamos a falar de uns valores que não é o dobro, mas anda perto disso. Agora reparem, se nós olharmos para este mesmo mapa e compararmos os dois últimos anos, portanto o ano de 2016 e o ano de 2017, isto em termos nacionais, nós verificamos que a receita de um ano para o outro subiu 7,1%. Sabem quanto é que subiu Famalicão? Façam as contas, subiu metade disso, subiu 3,1%! O que é que isto significa, que o aumento da receita do IMI e do IMT, ao contrário do que pretendem aqui fazer crer, nem sequer cresce na mesma dimensão que cresce no resto do país! -----

--- Três apontamentos para finalizar: -----

--- 1 - Quem quer fazer justiça fiscal deve fazê-lo de forma redistributiva. Só fazendo de forma redistributiva, só cobrando naturalmente e o fazer de forma redistributiva, é que nós estamos em condições de prestar um bom apoio social, de investir na segurança de pessoas e bens, na proteção das pessoas, no acesso à educação, no acesso à cultura, no acesso ao desporto, no acesso à habitação, na dinamização da nossa economia. -----

--- 2 – Vila Nova de Famalicão, ao contrário de outras Câmaras Municipais do país, curiosamente não são do centro nem da direita, não andam a inventar taxas, nem taxinhas para aumentar a sua receita corrente. -----

--- 3 – Não deixa de ser curioso assinalar, que o mesmo partido que nesta sala reclama uma baixa de impostos municipais, é exatamente o mesmo, mas é o mesmo, que ainda hoje ou nos últimos dias se quisermos, defendeu e aprovou agravamento de impostos locais! É o mesmo! É o mesmo que aprovou um orçamento de Estado que não contem uma atualização dos escalões do IRS, que automaticamente num bom número de famílias, gere automaticamente um aumento da cobrança de imposto a esse título! É o mesmo Partido Socialista que defendeu o agravamento do IMI até ao sêxtuplo, no caso dos imóveis devolutos, não cuidando de saber as razões que podem estar por detrás da circunstância de um conjunto de imóveis estarem devolutos! É o mesmo Partido Socialista, que defendeu a criação de um novo imposto, contribuição municipal de proteção civil, que aqui felizmente foi chumbado, mas é o mesmo Partido Socialista que defendeu esta contribuição que é nem mais nem menos que um imposto encapotado e que os famalicenses iam pagar! Porque era para os famalicenses pagarem! Para os famalicenses, para os Tirsenses, para os Trofenses! É

o mesmo! É o mesmo Partido Socialista que aprovou novos adicionais ao IMI! E é o mesmo Partido Socialista que de há uns anos a esta parte, sempre votou contra a extinção do IMT! A extinção do IMT que agora aqui reclama que dá uma receita extraordinária de 500 mil euros à Câmara Municipal de V. N. de Famalicão! É o mesmo Partido Socialista que chumbou hoje a descida da taxa mínima do IMI de 0,3% para 0,25%! -----

--- Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, senhor deputado Rui Faria, senhor deputado Paulo Pinto, no mínimo terão de admitir, e eu reconheço que a circunstância de ser deputado municipal não se confunde com a do parlamento, e eu admito e sei que há uma diferença, mas no mínimo terão que admitir que em termos de partido e não em termos pessoais de Vas Exas, há aqui certa uma incoerência!” -----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** - disse: -----

--- “Pegando no tema, gostava de dar também a minha apreciação sobre isto, senhor deputado, que não foi vincado pelo senhor, que é esta questão dos impostos. Não há efetivamente aumento de impostos, acreditando e... acredita-se, mas o fator que gera os impostos é um percentual fixo. O que mudou aqui para aumentar a receita fiscal, é que os rendimentos das pessoas subiram, a nível nacional. Não gostará tanto de pormenorizar isto, mas é verdade. E, portanto, acrescenta riqueza também. O Município grangeia mais e isto é bom para todos e é geral dizer-se que as pessoas não se importam de pagar mais impostos, já que isso é um sinal que têm um rendimento mais elevado, ou mais adequado às necessidades. -----

--- E, depois, outro assunto que ainda pulula à volta disto... que também desarma, aqueles que defendiam que o aumento consecutivo do salário mínimo em Portugal ia gerar desemprego! Pelos vistos não gerou desemprego e até ajuda a gerar receita acima daquilo que seria a expectativa se nos mantivéssemos, enfim, sobre os desígnios da *tróika*. Felizmente já está ultrapassado. Para já... -----

---Senhor Presidente, só duas ou três questões muito rápidas sobre a questão do orçamento: não vou estar com delongas, vou diretamente às questões, admito que terá as melhores respostas para isto se quiser dar-se ao trabalho de responder, mas apanhamos naquele emaranhado questões que nos provocam alguma surpresa ou até incompreensão. E vou desde logo na página um, aqui do documento, que fala da Loja do Cidadão. E o que é que se

verifica? Que em 2018 consagra-se para 2019 a verba de 800 mil euros. Em 2018, 800 mil euros, fica-se este ano nos 74 mil euros e para 2020, lá está novamente a verba de 800 mil euros. Enfim, se isto se prolongar até 2025, pode ser que se concretize. -----

--- Os Paços do Concelho em 2018 definidos 20 mil euros num total de 169. Previstos para 2019 são 150 mil e não se gastou um cêntimo nisto, ou seja, há aqui algumas questões que nos escapam! -----

--- O canil/gatil da página dois, em 2018 definidos mil euros num total de 200 mil euros. Não se investiu nada! Para 2019, define-se um total de 250 mil euros. A ver vamos!... -----

--- Equipamento informático, já falou, até salto isto, porque já entendemos e não vou perder tempo com as questões do equipamento informático, mas entendemos que de facto se está a gastar aqui uma verba muito, muito significativa. -----

--- Depois na página sete, ensino básico Riba de Ave. Um total definido em 2018 de 594 mil euros. Terão sido gastos 168 mil euros. Em 2019 previstos e definidos 571 mil euros. -----

--- Está de facto muito atrasado, de qualquer forma, esta questão. -----

--- Obras de reabilitação de Ruivães. Definidos em 2018, 871 mil euros, quase 872 mil euros, gastos mais ou menos 427 mil euros. Em 2019 define-se 591 mil euros. Esta atribuição é para conclusão do projeto? -----

--- A EB Conde S. Cosme a empreitada remonta a 2017. Em 2018 num total definido de 871 mil e qualquer coisa, ter-se-ão gastos 165 mil euros. Definidos para 2019, 877.364 euros, também a mesma questão. Para quando a conclusão da obra, porque se passa, digamos, a mesma situação? -----

--- Na página 9 e 10 repetem-se os factos que aqui colocamos. -----

--- Depois chegamos ao PEDU, integração das comunidades desfavorecidas, em 2018 definidos 100 mil euros, dum total de 950 mil euros. Investido coisa nenhuma. Alguma justificação que nos faça perceber melhor esta questão? -----

--- Ainda PEDU, regeneração urbana do Parque 1.º de Maio, definidos 30 mil euros, total de 200 mil euros, zero de investimento. Que falar desta ambição? -----

--- No meio ambiente, página quinze. Criação de paisagem protegida. Não percebemos muito bem do local das Pateiras do Ave, Fradelos. Em 2019 definidos 1000 euros num total de 223.500 euros. Para um projeto que totalizava 422 mil euros, em 2019 para um total de

344 mil euros, temos um previsível investimento de 44 mil euros. Não entendemos este rigor.-----

--- Cultura. Na Casa das Artes, projetada ação com 70 mil euros, definidos num total de 203 mil euros em 2018, com previsão de 800 mil para 2019, a que acresce a verba gasta em 2018 de 3, 342 euros. Há aqui um erro!-----

--- Teatro Narciso Ferreira tenho aqui uma intervenção no ponto a seguir, mas o Teatro Narciso Ferreira em 2019 foram definidos 150 mil euros num total de 1. 022.000 euros. Foram gastos 87.791 euros. Era previsto um investimento de 3.100 mil euros em 2009, mas afinal ficamos por 1.200 mil euros. Estaremos perante uma cultura de pé curto senhor Presidente? Estamos a demorar muito tempo relativamente a estas questões. -----

--- No Mercado Municipal, outro aspeto que entendemos que é importante, mas que está, enfim, pelas dotações percebe-se que aquilo está a marcar passo. Está numa marcha lenta e era preciso ver também o que é que se está a passar em relação a isto!-----

--- Os complexos desportivos de Joane e Oliveira São Mateus vão muito devagar também. Se há alguma justificação, que não pode ser só falta de verba, porque o orçamento este ano, há um reforço de orçamento que não se passa bem em qualquer município! O município de Famalicão está mais robusto relativamente ao seu orçamento e é pena que estas coisas fiquem a atrasar-se. -----

--- Depois a questão das luminárias Leds. No PEDU mobilidade urbana sustentável, enfim, há aqui uma incompreensão para o prosseguimento e a efetividade das obras. -----

--- Por tudo isto e ainda antecipando-me se porventura houver explicações do senhor Presidente, enfim, por motivos que certamente serão compreendidos, e porque entendemos que era possível dotar este orçamento de realizações no plano das Grandes Opções do Plano, que respondam mais diretamente aos interesses do município e, por isso mesmo, digo e repito antecipando-me eventualmente a alguma justificação que tenha para nos dar, a CDU entende que não pode votar favoravelmente o documento.”-----

--- **ANA FILIPA OLIVEIRA (PS)** - disse:-----

--- “Senhor deputado Nuno Moreira, é para lhe dizer que a questão do CMJ, evidentemente que aquilo que eu vou dizer não invalida a questão que coloquei anteriormente, mas para que as juventudes partidárias e os representantes dos grupos municipais possam estar

presentes, é importante que haja a convocatória. Eu posso-lhe dizer que naquilo que a mim me diz respeito, até hoje não recebi nenhuma convocatória para nenhum Conselho Municipal de Juventude. Portanto, se calhar senhor deputado, poderá juntamente com a senhora vereadora poderão ambos diligenciar nesse sentido.” -----

--- **PAULO PINTO (PS)** - disse: -----

--- “Muito rapidamente só para responder ao senhor deputado Jorge Paulo Oliveira. Senhor deputado, em termos de coerência tinha muitos exemplos para demonstrar a falta de coerência. Em termos políticos de partido fez aqui alguns exemplos, acho que aqui estamos a discutir política fiscal algo concelhia, mas puxou para nível central, hoje o PSD também votou contra a redução das propinas, a gratuitidade de manuais escolares, a redução das tarifas dos transportes escolares, o reforço da PJ, absteve-se no aumento das pensões, da expansão da rede de educação pré-escolar, no reforço das vagas de médicos das zonas carenciadas por exemplo. Mas, senhor deputado, também hoje um vice-presidente do seu partido referiu que o PSD estava em suicídio coletivo, e eu, pessoalmente, não dou crédito nenhum a isso, agora o que nos importa aqui, honestamente, é a política fiscal do concelho e, por muita volta que o senhor deputado dê, e que esta Câmara dê e a maioria dê, relativamente a dois impostos que referiu, o IMI e o IRS, relativamente ao IMI a taxa que esta Câmara aplica e você falou bem, a receita aumenta, ou seja, os famalicenses pagam mais pelo mesmo, o resto como se costuma dizer é treta. E podiam não pagar, se esta Câmara tivesse atenção e pusesse em ação aquilo que tanto apregoa, porque o IMI está 20% acima da taxa máxima atual e o IRS esse está no máximo! Aliás eu fiz o exemplo que bastava no IRS em vez de 5% ser 1,5% reduzir 1,5% para 3,5% que a receita real era exatamente igual à previsível para 2013. Isso sim era sensibilidade fiscal, esta Câmara não tem essa sensibilidade fiscal.” -----

--- **PAULO COSTA (BE)** - disse: -----

--- “A impaciência coletiva vai dominando, portanto vamos tentar ser ainda mais telegráficos.-----

--- Sobre duas questões que o senhor Presidente teve a amabilidade de me responder relativamente à água. Senhor Presidente são 2,2 milhões de euros de diferença entre a receita

e a despesa. Por muita mão-de-obra, por muitos bens necessários, é uma diferença considerável. -----

--- Relativamente à habitação, convenhamos que os programas do município ficam-se por poucas dezenas de milhares de euros num orçamento de quase cem milhões de euros, portanto, até que ponto é que nos importamos com a habitação dos famalicenses! Fica a questão. -----

--- Eu sei que este tema é um pouco ingrato quer para o Governo Local, quer para o Governo Central, que é relativamente à Loja do Cidadão. Esta é uma valência que nitidamente beneficiaria a comunidade famalicense que tem sido empurrada essencialmente pelo Governo Central, certamente, não é! O município já demonstrou, até já tem custos e já demonstrou a total disponibilidade para a instalação desta Loja do Cidadão e os famalicenses continuam a aguardar. -----

--- O meu camarada da CDU também já fez aqui referência relativamente aos complexos desportivos de Joane e de Oliveira S. Mateus, nós gostaríamos de saber exatamente que valências e que obras é que se preveem para esses complexos. -----

--- Relativamente, por exemplo, às piscinas de Ribeirão, há uma avultada maquia de 800 mil euros previstas numas piscinas que são relativamente novas, também gostaríamos de saber exatamente que obras se preveem. -----

--- Há um outro item que temos vindo a adiar a discussão e vou deixá-lo até para os pontos relativos à política fiscal, portanto nem sequer vou falar dele agora.-----

--- Outro pormenor que achei excessivo no sentido de volume, não só do número de ações, mas como também dos valores aí postos, sobre as ações judiciais a correr, onde o município é à partida requerido, é um número substancial e valores também substanciais. Pronto, são estes apontamentos que eu deixo.” -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** - disse:-----

--- “Ainda bem que pensava aqui que o senhor deputado ia trazer um rol de impostos locais que o PSD tivesse votado contra o seu desagravamento e afinal não conseguiu dizer nenhum, é uma chatice!-----

--- Mil propostas de alteração: cerca de quatro mil votações e o senhor deputado não conseguiu trazer uma única proposta relativamente aos impostos locais que o PSD tenha

votado contra o seu desagramento, ou que tenha votado favoravelmente o seu aumento. Senhor deputado é preciso ter azar e o senhor teve azar! Veio falar de outras coisas que nada tinha a ver com impostos locais e o que nós estamos aqui a tratar é de impostos locais. Deixe lá, para a próxima vai correr melhor. -----

--- Vamos a isso, ao IMI. Eu deixei-lhe dois desafios: para vir aqui dar exemplos relativamente ao IMI, para me dar municípios comparáveis com o nosso, no nosso distrito, que tenham taxas inferiores à nossa e não encontrei nenhum. -----

--- Depois registo, também, que o senhor deputado Rui Faria não foi capaz também de desmontar um único dos muitos dos argumentos que eu aqui invoquei.”-----

--- **ARMINDO GOMES (CDS-PP)** – disse: -----

--- “Eu vou ser breve. Senhor deputado Daniel Sampaio, a respeito da Loja do Cidadão em Famalicão. Eu sou famalicense, nasci em Famalicão na freguesia de Calendário, eu sempre morei em Famalicão, eu tenho vergonha, pessoalmente, de não haver Loja do Cidadão em Famalicão! Tenho vergonha de passar aqui debaixo deste edifício e ver gente aqui à chuva! Tenho vergonha de passar na Segurança Social e ver gente na fila à chuva, porque não tem Loja do Cidadão! A Câmara de Famalicão e os famalicenses estão a ter despesa com a Loja do Cidadão e a Loja do Cidadão não se concretiza por vontade política do Partido Socialista, e os senhores do Partido Socialista tem voz depois do Rio Douro, que nós não temos, ninguém nos ouve do Rio Douro para lá, vocês podem concretizar a Loja do Cidadão. Senhor deputado Luís Moniz, quando a Loja do Cidadão se concretizar em Famalicão, eu sou o primeiro, neste púlpito, a aplaudi-los. Espero bem que vocês levem a Loja do Cidadão avante no próximo ano, que não deixe ficar para o ano das eleições, porque se não depois vocês não recuperem votos nenhuns, porque dizem que é ano de eleições! Têm que criar a Loja do Cidadão em Famalicão antes do ano de eleições. -----

--- Senhor deputado Paulo Pinto, o senhor deputado veio aqui, sabe que a nossa relação com todos vocês, não estamos aqui, como diz o senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, a atacar um ao outro porque nós entendemo-nos todos bem, a questão é que o senhor puxa a brasa para a sua sardinha e eu puxo para a minha, e se puder ter duas e o senhor só ter uma, ponto final. O senhor acusou aqui neste púlpito que o PSD e o CDS votaram hoje contra uma série de propostas na Assembleia da República. O que é que lhe custava o CDS e o PSD se era

oposição votar a favor? Sabe porque é que o PSD votou contra estas propostas? Eu estou aqui, ouvi a sua intervenção com atenção, porque não quero a *Troika* tão cedo em Portugal, está a perceber? E era mais fácil votar tudo a favor, o PSD votava tudo a favor, tinha mais votos quando viesse o ato eleitoral, só que o CDS e o PSD têm responsabilidade neste país e não quer a *Troika* tão cedo em Portugal.” -----

--- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (PAULO CUNHA)** – disse: -----

--- “Sobre questões concretas que foram colocadas, a questão dos complexos desportivos, as intervenções senhores deputados estão relacionadas com a implementação de equipamentos a nível de eficiência energética. Estamos a falar de fontes de alimentação para aquecimento e arrefecimento e outras obras adjacentes que vão levar intervenção essencialmente a três complexos, Ribeirão, Joane e Oliveira S. Mateus. -----

--- O senhor deputado Daniel Sampaio fez aqui algumas questões todas similares. Senhor deputado há razões que justificam o que está a acontecer. A primeira tem a ver com o facto de algumas obras serem plurianuais, e quando se faz uma previsão, faz-se uma dotação para dois orçamentos ou mais, depende das obras. E nem sempre se consegue um cronograma de obra que seja consentâneo com o cronograma da despesa, e isso leva a que haja diferenças entre o que estava previsto e o que de facto foi executado. -----

--- Em segundo lugar senhor deputado há aqui um aspeto que é bom não esquecer, nós vivemos num contexto em que as regras da contratação pública sofreram grandes alterações. Hoje em dia o procedimento concursal é muito mais moroso, é muito mais lento do que foi no passado! Isso tem consequências! Nós se abirmos o procedimento concursal com uma estimativa da sua duração de três meses, pode acontecer que ele dure nove meses ou um ano! Tudo isto tem consequências depois do ponto de vista da execução da obra! Essa é a razão maior, se quiser, para que cheguemos a esta situação. -----

--- Já agora e para concluir a senhora deputada do Partido Socialista, Ana Filipa, trouxe aqui a questão do Conselho Municipal da Juventude. Senhora deputada, a Câmara Municipal convoca quem a liderança da bancada indica e é convocada por carta registada senhora deputada! E mais, no caso concreto senhora deputada, a pessoa foi objeto num contacto telefónico e confirmou a sua presença, mas não esteve presente.” -----

--- FOI POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2019 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI DELIBERADO, NA GENERALIDADE, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2019 E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- FOI TAMBÉM APROVADA A SEGUINTE PROPOSTA ANEXA:-----

--- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E DO ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI Nº 127/2012, DE 21 DE JUNHO), NOS TERMOS DA SUA PROPOSTA. APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E DOZE VOTOS CONTRA. -----

--- FOI DELIBERADO, POR MAIORIA, NA SUA VOTAÇÃO FINAL GLOBAL, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA, APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2019, E RESPETIVA PROPOSTA ANEXA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

--- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO) – disse: -----

--- Senhores deputados os pontos três, quatro, cinco e seis da ordem de trabalhos têm o mesmo objeto. Por seu lado, os pontos sete, oito e nove têm igualmente o mesmo objeto. Como já aconteceu noutras ocasiões, se os senhores deputados concordassem, e víamos como é que isto acabava, discutíamos agora em conjunto os pontos três, quatro, cinco e seis que tem que ver com lançamento da derrama, etc., e depois votávamos, obviamente como tem que ser, separadamente. Se nenhum dos senhores deputados não tiver nenhuma objeção

assim faríamos, e se ainda tivéssemos tempo, se isto for rápido entraríamos no segundo grupo, se não for rápido suspenderíamos a sessão até á próxima semana.-----

--- Depois de ouvidos os presentes, foi decidido continuar a sessão.-----

--- **TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** - disse: -----

--- “ Relativamente ao ponto três, taxas do imposto municipal sobre imóveis, a apresentada pelo executivo no valor de 0,35%, a CDU defende a redução da mesma para 0,30%, no sentido de integrar a taxa praticada no município na média nacional que é de 0,33%. (Deixe-me ao cuidado de fazer pesquisa.) -----

--- No mesmo sentido defendemos a extensão da dedução de 20 € para famílias com um filho, de modo a evitarem-se discriminações, que o artigo 122 A do CIMI não pretende validar de nenhuma forma. A nível nacional apenas 12 municípios seguem a Câmara de Famalicão nesta prática discriminatória, enquanto um lote de 212 municípios aplica integralmente o quadro das deduções fixas, constante do tal 112 A, ou seja, sem qualquer tipo de discriminação. Os restantes municípios em número de 84 não aplicam qualquer dedução às famílias com filhos. -----

--- Graças à maioria que defende e faz aprovar todas as propostas apresentadas pelo executivo, mesmo se injustas ou discriminatórias, a CDU lamenta que as melhorias por si apresentadas, não tenham merecido a devida aceitação. Pois isso constituiria uma bem-vinda folga económica para os cidadãos famalicenses, que não são privilegiadamente ricos ao contrário do município famalicense que para o exercício de 2019 conta com um valor astronómico de 98 milhões para o seu orçamento. -----

--- Participação no IRS (Imposto sobre Rendimento de pessoas Singulares) -----

--- A CDU desde sempre defende que os municípios devem possuir recursos próprios para qualificadamente poderem cumprir o seu grande papel de gestão do interesse público a nível local, em cada um dos seus territórios. -----

--- Verdadeira manta de retalhos, o atual enquadramento legal não faz sentido porque provoca uma negativa concorrência entre municípios, situação que conduz à desigualdade territorial e consequente discriminação entre cidadãos. A CDU entende que o IRS é um imposto nacional e, por isso mesmo, deve obedecer a regras nacionais.-----

--- Para compreendermos, numa abordagem aos dados do Portal das Finanças, dos 308 municípios existentes em Portugal, apenas 301 comunicam a taxa de participação. Deste universo, 189 concelhos retêm os 5% da coleta e apenas 19 devolvem a totalidade da sua participação. Os restantes 93 municípios ficam com uma parte da taxa de participação e devolvem o restante aos municípios. -----

--- A CDU exige a revisão da legislação que assegure as receitas do Poder Local, sem subterfúgios, o que passará pela reposição da lei das finanças locais, afastada pelo governo do PSD/CDS na última legislatura, de modo a assegurar a autonomia financeira dos municípios, para que se termine de vez com as várias realidades num só país. Em conformidade com este princípio, a CDU votará a favor a proposta em apreço. -----

--- Derrama sobre o IRC (Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas)-----

--- A CDU defende a introdução de um 3º escalão tendo em vista a necessidade de se estabelecer um fator mais alargado de progressividade o que, na interpretação da maioria, tem apenas um fundamento ideológico, o que é falso, já que a mesma pretende apenas alargar a incidência contributiva às empresas com um volume elevado de lucros, de modo a equilibrar o critério de igualdade fiscal entre os contribuintes em função dos seus rendimentos. -----

--- Parece-nos, pois, face ao desfecho esperado quando ocorrer a votação em apreço, que o voto prevalecente se inclinará muito mais para sufragar uma posição ideológica da maioria, até porque ainda há pouco acabamos por obter a mesma comprovação aquando da votação da Taxa de Direitos de Passagem Municipal, onde se comprovou que são as empresas mais ricas a merecerem a complacência das decisões maioritárias desta assembleia, o que a CDU lamenta. -----

--- Porque perseguimos o equilíbrio da tributação, e se constata que esse propósito não será compreendido, a CDU votará contra o documento em apreço. -----

--- Aplicação do percentual de 0,25%, relativo à taxa municipal dos direitos de passagem (TMDP) -----

--- A Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), que o Executivo continua a defender como aplicação, é bem o exemplo do que não deve ser feito, sobretudo quando se fala no respeito e proteção dos interesses dos nossos munícipes que, além de pagarem o serviço prestado pelas operadoras, a que acresce a tributação do IVA, veem-se ainda confrontados a suportarem esta malfadada taxa, pelo facto do município dela não abdicar.---

--- Se se julga que esta prática está generalizada pelos demais municípios, desenganemo-nos: 124 não a aplicam; 6 aplicam-na com redução; 153 autarquias – onde se inclui Famalicão – aplicam esta dupla tributação aos seus munícipes. -----

--- Têm razão os famalicenses para deplorarem a atitude da sua Câmara, já que os valores cobrados não justificam a teimosia do executivo em validar uma lei de duvidosa constitucionalidade e que não resolve a insuficiência da receita, ao contrário sujeitam os nossos concidadãos a uma contribuição geradora de discriminação entre cidadãos tendo em conta que a cobrança desta taxa não abrange a totalidade dos municípios portugueses, já que muitos deles decidiram não cobrar este imposto gerador de má-receita. O pagamento deverá caber às operadoras que arrecadam os lucros dos respetivos negócios, não devendo, por nenhuma forma, repercutir-se sobre os munícipes consumidores. -----

--- A CDU defende o reforço de receita para o município, no entanto, por razões de contestação à Lei que enquadra a TMDP, vamos votar contra.” -----

--- **HUGO SAMPAIO (PS)** - disse: -----

--- “Ao abrigo do n.º 1 do artigo 112 do Decreto-lei 287/2003, de 12 de novembro, atendendo ao número de dependentes que compõem os agregados familiares, o executivo municipal continua a discriminar as famílias com menos de dois dependentes, não lhes concedendo nenhum tipo de isenção no que diz respeito ao IMI. -----

--- No entendimento da bancada municipal do PS e na linha do que tem vindo a defender há uns anos a esta parte, faria todo o sentido alargar a isenção legalmente prevista a agregados com menos de dois dependentes. -----

--- Atualmente a situação de elevada da subida de preços da habitação em Famalicão, a sucessiva diminuição do número que compõe os agregados familiares em Famalicão, vem

reforçar o que a bancada do PS tem defendido, alargar a isenção legalmente prevista às famílias com menos de dois dependentes. -----

--- Mediante estes pressupostos, iremos votar contra, não contra a isenção aplicada, mas contra uma medida que poderia ir muito mais além. -----

--- Nos últimos anos, nomeadamente os últimos três, têm sido marcados pela devolução de rendimentos aos portugueses. Para além do Governo liderado por António Costa, muitos municípios o tem feito, diminuindo a carga fiscal. -----

--- O executivo tem referido que não abdica da sua participação no IRS dos famalicenses. O grupo municipal do PS considera que existem condições para que o município abdique da sua participação no recebimento do 5% do IRS dos famalicenses. Cada Câmara pode devolver de 0 a 5% do imposto que recebe do Estado. A de Vila Nova de Famalicão não devolve nada! -----

--- O grupo municipal considera que nos podíamos diferenciar sermos um Município ainda mais amigo das famílias, um município que em vez de se esconder atrás do chavão de que o Governo é que decide e que fica com 95% do imposto, poderíamos ser audazes e dar margem para dizer eu gosto de viver aqui. -----

--- O grupo municipal do PS não pode aceitar que seja cobrada a taxa máxima da participação do IRS, tendo em conta estes pressupostos. E, sendo coerente com aquilo que vem defendendo há muitos anos a esta parte, não irá votar favoravelmente. -----

--- Relativamente à derrama, iremos votar desfavoravelmente, visto que mais uma vez o grupo municipal do PS considera que há condições para baixarmos a carga fiscal. -----

--- Se os anteriores impostos discutidos estavam diretamente ligados com o bolso dos famalicenses, este está ligado diretamente ao tecido empresarial e que influencia indiretamente todos os portugueses numa perspetiva mais ampla, seja, economicamente, profissionalmente, familiarmente. -----

--- A discussão à volta deste tema pode ser bastante lata e até com diversas visões, interpretações. Contudo, deverá servir para que cada um de nós possa fazer uma reflexão mais profunda. E, recordando as palavras do senhor Presidente de Câmara em 2016 na discussão deste mesmo tema, que dizia que a cobrança da derrama não é um fim, mas sim um meio. -----

--- A pretexto temos de recordar a Logística LIDL que deslocou as suas instalações de Ribeirão para Santo Tirso, onde irá ficar isenta deste imposto. Terá sido um dos motivos? Acredito que não tenha sido exclusivamente por esta razão, mas com certeza que ajudou.----

--- Podemos ir a outros municípios vizinhos, temos o exemplo da empresa SOPSA que sai da Maia onde é aplicada uma derrama de 1,5% e vai fazer contentores para Santo Tirso. Foi pela isenção da derrama? Acreditamos que não tenha sido exclusivamente por essa razão, mas com certeza que ajudou.-----

--- Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados, esta visão do grupo municipal do PS, não é uma postura de afrontamento, não é uma postura de oposição só porque sim, é uma postura de quem acha que podemos ser melhores, de quem acha que podemos ir muito mais além do que criar novos empregos, podemos atrair empresas para Famalicão. É uma postura de quem se preocupa com a saída das empresas, como por exemplo, o exemplo da Logística LIDL. Achamos que a redução ou a eliminação deste imposto pode ser uma fator de fixação de grandes empresas em Famalicão e, com isto, contribuir para que os famalicenses tenham condições de trabalhar em Famalicão, gastar menos dinheiro em transporte, ter mais tempo para estar com os seus filhos. Por outro lado, que mais pessoas possam vir trabalhar para Famalicão e gastar o seu dinheiro em Famalicão e o nosso comércio tanto precisa. -----

--- Posto isto, agindo em total coerência com anos anteriores e no imperativo de consciência, iremos votar desfavoravelmente.”-----

--- **LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA (1.º SECRETÁRIO DA MESA)** – disse: -----

--- “ O regimento impõe-me que faça esta questão. O senhor Presidente ainda não o fez porque ainda não estava na hora exata, mas agora está na hora exata, já passaram três horas sobre o início da sessão. Portanto a Mesa pretende o prosseguimento da sessão até terminarmos os pontos, mas se algum dos senhores deputados votar contra, teremos que a suspender e prosseguir amanhã. -----

--- *Posta à votação a proposta da Mesa para que a sessão prossiga, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----

--- **PAULO COSTA (BE)** - disse: -----

--- “Relativamente ao IMI duas questões. Quase que podíamos reiterar aquilo que provavelmente dissemos o ano passado. Achamos absurdo e a raiar certamente até a constitucionalidade desta discriminação das famílias com um dependente e, só por si, era suficiente para nos opormos a esta proposta. Também achamos que poderia ser em valor inferior a taxa e, pelo contrário, deveria ser discriminado negativamente quem tem imóveis devolutos e degradados e não vê sobretaxada essa incúria, pelo menos incúria quanto às suas propriedades. -----

--- Quanto ao IRS também achamos que, como diz o ditado, ou há justiça ou comem todos, não é? Porque se o município está disposto a tributar no máximo as pessoas singulares, também deveria estar naquela ferramenta que dispõe para tributar as pessoas coletivas e aí votamos novamente a pesar neste argumento que também a derrama deveria ser pela taxa máxima tal qual como os singulares. -----

--- Relativamente à questão fiscal, o Bloco de Esquerda nada mais adianta.” -----

--- ***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2018, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA.*** -----

--- ***QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.***-----

--- ***POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2019, TUDO NOS***

TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR, ONZE VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO. -----

--- **QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2018 E DE ISENTAR DA DERRAMA DE IRC RELATIVA AO ANO DE 2018 OS SUJEITOS PASSIVOS COM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2018 E DE ISENTAR DA DERRAMA DE IRC RELATIVA AO ANO DE 2018 OS SUJEITOS PASSIVOS COM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE OS 150.000€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS A FAVOR E TREZE VOTOS CONTRA.** -----

--- **SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DO PERCENTUAL DE 0,25% RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E ONZE ABSTENÇÕES.** -----

--- **SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO BANCO BPI, S.A., ATÉ AO MONTANTE DE 106.000,00€ (CENTO E SEIS MIL EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

--- **DANIEL SAMPAIO (CDU)** – disse: -----

--- “Atendendo aos programas de reabilitação urbana e à necessidade de cobertura financeira para os mesmos, reforçada pela combinação de fundos públicos – muitos deles europeus –, a CDU entende que a proposta da Câmara é merecedora de apoio, mormente porque desde sempre nos batemos para que o Mercado Municipal readquirisse a funcionalidade que um equipamento deste tipo deve possuir – para quem vende e para quem compra –, motivo ainda de valorização da imagem pública que tal obra acarreta para o nosso município;-----

--- Pelo grande significado histórico e cultural que o Teatro Narciso Ferreira teve para o município no passado, sobretudo para as populações de Riba de Ave, e pelo atual interesse na sua recuperação, desde sempre reclamada pela CDU, que agora vê com satisfação a solução administrativa negociada, fator possibilitante para a consumação da reabilitação física do Teatro Narciso Ferreira, expressamos apoio à proposta reconhecendo existir mérito coletivo das mais diversas forças que pugnaram para que este intento, pelo seu mérito, tivesse desfecho útil, e que não se verifique mais perdas de tempo; -----

--- A tão aguardada reabilitação do Bairro da Cal, também nossa exigência de muitos anos para a sua requalificação, constitui agora uma forte possibilidade de ser resolvida, o que virá conferir maior conforto e dignidade aos seus moradores, facto de que a CDU sublinha como muito positivo, não deixando de lembrar que existem outras problemáticas habitacionais no concelho a necessitarem de atenção urgente do município, pelo que deve alargar-se a Área de Reabilitação Urbana (ARU) às freguesias de Ribeirão e Lousado, ao Bairro de S. Vicente e à zona de Mões. -----

--- Pelas razões expostas, a CDU votará a favor da proposta.”-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO BANCO BPI, S.A., ATÉ AO MONTANTE DE**

106.000,00€ (CENTO E SEIS MIL EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

--- **OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO BANCO BPI, S.A. AO ABRIGO DA LINHA BPI/IFRRU 2020, NO VALOR DE 281.587,00€ (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADJUDICAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO AO BANCO BPI, S.A. AO ABRIGO DA LINHA BPI/IFRRU 2020, NO VALOR DE 281.587,00€ (DUZENTOS E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE EUROS), POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** ----

--- **NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATUALIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 191.910,92€ (CENTO E NOVENTA E UM MIL, NOVECENTOS E DEZ EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATUALIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 191.910,92€ (CENTO E NOVENTA E UM MIL, NOVECENTOS E DEZ EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, POR UM PERÍODO DE 15 ANOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)** – solicitou a aprovação de todas as deliberações ali tomadas em minuta de ata, o qual foi aceite unanimemente.-----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e cinquenta e dois minutos do dia seguinte.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças;-----

--- Dois votos de recomendação apresentados pelo grupo municipal do PSD;-----

--- Um voto de pesar apresentado pelo grupo municipal do PS.-----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove;---

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove.-----